

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	94
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	403.644
Preferenciais	122.807
Total	526.451
Em Tesouraria	
Ordinárias	810
Preferenciais	5
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	3.897.084	4.065.514
1.01	Ativo Circulante	790.769	1.065.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.154	22.302
1.01.02	Aplicações Financeiras	113.553	58.237
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	113.553	58.237
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	113.553	58.237
1.01.03	Contas a Receber	556.451	611.322
1.01.03.01	Clientes	556.451	611.322
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	535.052	598.246
1.01.03.01.03	Contas a receber - Acordos	21.399	13.076
1.01.04	Estoques	14.802	14.306
1.01.04.01	Almoxarifado	14.802	14.306
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.859	15.345
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.859	15.345
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	8.481	5.039
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	8.378	10.306
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.422	8.997
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	66.528	335.451
1.01.08.03	Outros	66.528	335.451
1.01.08.03.03	Outros Créditos	64.578	74.731
1.01.08.03.04	Ativo Financeiro Setorial, líquido	1.950	260.720
1.02	Ativo Não Circulante	3.106.315	2.999.554
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.568.802	1.486.581
1.02.01.03	Contas a Receber	125.085	128.731
1.02.01.03.01	Clientes	92.986	93.398
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	32.099	35.333
1.02.01.06	Tributos Diferidos	442.546	411.037
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	442.546	411.037
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.001.171	946.813
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	52.980	38.089
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	18.860	14.912
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro da Concessão	929.331	824.738
1.02.01.09.10	Ativo Financeiro Setorial, líquido	0	69.074
1.02.02	Investimentos	21.047	21.041
1.02.03	Imobilizado	26.625	16.149
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	26.625	16.149
1.02.04	Intangível	1.489.841	1.475.783
1.02.04.01	Intangíveis	1.489.841	1.475.783
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.489.841	1.475.783

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	3.897.084	4.065.514
2.01	Passivo Circulante	841.257	2.545.439
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.044	30.511
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.044	30.511
2.01.02	Fornecedores	446.088	574.774
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	446.088	574.774
2.01.03	Obrigações Fiscais	63.244	86.099
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.981	34.092
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	30.981	34.092
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	31.890	51.719
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	373	288
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.556	1.354.048
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.754	71.264
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.754	71.264
2.01.04.02	Debêntures	76.639	1.277.833
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	9.163	4.951
2.01.05	Outras Obrigações	168.532	477.088
2.01.05.02	Outros	168.532	477.088
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	215.019
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	1.540	1.875
2.01.05.02.06	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	56.760	130.419
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	110.232	129.775
2.01.06	Provisões	29.793	22.919
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.793	22.919
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	29.793	22.919
2.02	Passivo Não Circulante	1.261.392	585.313
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.011.805	47.570
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	29.694	36.476
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	29.694	36.476
2.02.01.02	Debêntures	964.274	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	17.837	11.094
2.02.02	Outras Obrigações	219.772	514.275
2.02.02.02	Outros	219.772	514.275
2.02.02.02.04	Outros Tributos a Pagar	28.373	32.221
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	3.514	4.646
2.02.02.02.06	Dividendos a Pagar	0	412.848
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	71.045	29.504
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	39.776	26.556
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	93	142
2.02.02.02.11	Outras Obrigações	3.668	8.358
2.02.02.02.13	Passivo Financeiro Setorial, líquido	73.303	0
2.02.04	Provisões	29.815	23.468
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.815	23.468
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	29.815	23.468
2.03	Patrimônio Líquido	1.794.435	934.762
2.03.01	Capital Social Realizado	1.386.558	463.235

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.02	Reservas de Capital	-2.247	-2.295
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.089	1.089
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.246	2.197
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos	2.474	2.475
2.03.04	Reservas de Lucros	497.773	497.772
2.03.04.01	Reserva Legal	59.302	59.302
2.03.04.02	Reserva Estatutária	201.138	201.138
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	64.537	64.536
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	172.796	172.796
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-33.600	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-54.049	-23.950

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	687.012	2.110.992	757.278	2.495.365
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-686.086	-2.058.376	-692.490	-2.398.170
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-386.033	-1.135.283	-422.155	-1.595.044
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	-13.468	-44.769	-11.948	-35.950
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-61.796	-198.007	-85.126	-213.669
3.02.07	Pessoal e Administradores	-41.372	-127.692	-39.115	-114.609
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-2.076	-4.399	-1.134	-3.577
3.02.09	Serviços de Terceiros	-30.939	-91.936	-31.572	-104.394
3.02.10	Material	-5.311	-16.370	-4.719	-12.173
3.02.11	Custo de Construção	-71.030	-208.175	-56.778	-174.795
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-16.230	-57.309	10.056	1.607
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	-9.134	-28.132	-6.063	-16.855
3.02.16	Depreciação e Amortização	-35.353	-104.707	-33.320	-97.677
3.02.17	Outros Custos	-13.344	-41.597	-10.616	-31.034
3.03	Resultado Bruto	926	52.616	64.788	97.195
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	926	52.616	64.788	97.195
3.06	Resultado Financeiro	-37.459	-102.220	-13.235	-80.246
3.06.01	Receitas Financeiras	25.498	92.692	86.301	155.426
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.957	-194.912	-99.536	-235.672
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-66.464	-205.345	-77.458	-201.521
3.06.02.02	Variações Cambiais	3.507	10.433	-22.078	-34.151
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-36.533	-49.604	51.553	16.949
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11.811	16.004	-18.051	-7.097
3.08.01	Corrente	0	0	248	248
3.08.02	Diferido	11.811	16.004	-18.299	-7.345
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-24.722	-33.600	33.502	9.852
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-24.722	-33.600	33.502	9.852
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-74,77889	-86,08182	120,30178	35,37738
3.99.01.02	PN	-74,77889	-86,08182	120,30178	35,37738
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-74,77889	-86,08182	120,30278	35,37738
3.99.02.02	PN	-74,77889	-86,08182	120,30178	35,37738

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-24.722	-33.600	33.502	9.852
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1	-30.097	0	0
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	-45.602	0	0
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	15.505	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-24.721	-63.697	33.502	9.852

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	250.285	-31.759
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	269.551	283.336
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	-33.600	9.852
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	104.707	97.677
6.01.01.03	Variações Monetárias e Cambiais	998	-2.638
6.01.01.04	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-46.274	-42.474
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	57.111	1.622
6.01.01.06	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	32.153	19.544
6.01.01.07	Custos de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas)	170.133	181.261
6.01.01.08	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	4.354	3.213
6.01.01.09	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-19.063	-7.344
6.01.01.10	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível da Concessão e Imobilizado	14.988	15.181
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-16.004	7.345
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	48	97
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	181.849	-80.102
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	27.057	-216.602
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	-10.163	-5.583
6.01.02.03	Almoxarifado	-496	505
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	2.545	-3.669
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	-15	4.411
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	575	-1.473
6.01.02.07	Outros Créditos	-5.342	50.470
6.01.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.484	2.879
6.01.02.09	Fornecedores	-128.686	93.691
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.350
6.01.02.11	Outros Tributos a Pagar	-26.703	95.801
6.01.02.12	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	19.546	8.550
6.01.02.14	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	-64.873	107.831
6.01.02.16	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-20.124	-19.121
6.01.02.17	Outras Obrigações	-6.689	16.453
6.01.02.18	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-8.414	-6.803
6.01.02.19	Ativo e Passivo Financeiro Setorial	401.147	-210.792
6.01.03	Outros	-201.115	-234.993
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-192.986	-204.128
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.129	-30.865
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-258.946	-86.824
6.02.01	Adições para ativos financeiros e intangíveis da concessão	-218.081	-178.737
6.02.02	Consumidores - Participação Financeira	29.464	36.335
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-2.201.919	-1.736.587
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	2.146.253	1.797.414
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-14.663	-5.249
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	513	64.456
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	0	1.550.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	295.455	0
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures - Principal	-261.624	-1.453.430
6.03.04	Custos de Empréstimos e Debêntures (custos de Transação e Prêmios)	-27.820	-30.683
6.03.05	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-5.498	-1.431
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.148	-54.127
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.302	58.641
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.154	4.514

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	463.235	-2.295	497.772	0	-23.950	934.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	463.235	-2.295	497.772	0	-23.950	934.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	923.323	48	0	0	0	923.371
5.04.01	Aumentos de Capital	295.455	0	0	0	0	295.455
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	48	0	0	0	48
5.04.06	Dividendos	627.868	0	0	0	0	627.868
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-33.600	-30.097	-63.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-33.600	0	-33.600
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.097	-30.097
5.07	Saldos Finais	1.386.558	-2.247	497.772	-33.600	-54.047	1.794.436

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	433.236	-2.470	627.248	0	-22.111	1.035.903
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	433.236	-2.470	627.248	0	-22.111	1.035.903
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	97	-124.554	0	0	-124.457
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	97	0	0	0	97
5.04.06	Dividendos	0	0	-124.554	0	0	-124.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.852	0	9.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.852	0	9.852
5.07	Saldos Finais	433.236	-2.373	502.694	9.852	-22.111	921.298

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	3.786.495	4.241.554
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.406.401	3.870.125
7.01.02	Outras Receitas	229.228	195.027
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	208.175	174.795
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-57.309	1.607
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.846.550	-2.341.522
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.514.285	-2.030.606
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-262.312	-256.087
7.02.04	Outros	-69.953	-54.829
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-69.953	-54.829
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.939.945	1.900.032
7.04	Retenções	-104.707	-97.677
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-104.707	-97.677
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.835.238	1.802.355
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.692	155.427
7.06.02	Receitas Financeiras	92.692	155.427
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.927.930	1.957.782
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.927.930	1.957.782
7.08.01	Pessoal	147.031	126.716
7.08.01.01	Remuneração Direta	135.486	116.579
7.08.01.02	Benefícios	4.399	3.578
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.146	6.559
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.602.610	1.582.127
7.08.02.01	Federais	719.692	893.327
7.08.02.02	Estaduais	882.649	688.565
7.08.02.03	Municipais	269	235
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	211.889	239.087
7.08.03.01	Juros	194.912	235.672
7.08.03.02	Aluguéis	16.977	3.415
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-33.600	9.852
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	9.852

1 Perfil

A AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 118 municípios entre a região metropolitana de Porto Alegre até a fronteira com o Uruguai e a Argentina, respectivamente nos municípios de Santana do Livramento, Uruguai e São Borja, no extremo oeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado no mapa abaixo, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.



Em 30 de setembro de 2016, a Companhia atendia aproximadamente a 1,3 milhões de unidades consumidoras e faturou, no período de nove meses findo nessa data, 5.722 GWh com o fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo (ou 6.697 GWh para o mercado total).

Ao longo dos últimos anos, a Companhia aumentou o seu saldo de dívida para fazer frente ao aumento do custo de energia gerado pela situação hidrológica. Embora o aumento de custo de energia seja repassado para a tarifa, caso ocorram em momentos distintos, há a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro. Mesmo com a Revisão Tarifária Extraordinária e a criação da Conta Centralizadora de Bandeiras em 2015, ambos os mecanismos não foram suficientes para cobrir o aumento dos custos, fazendo com que houvesse um aumento significativo do ativo regulatório líquido.

A partir do 2º semestre de 2015, a crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado que impactou de maneira relevante o EBITDA da Companhia.

Dado esse cenário desafiador, a Companhia não atendeu aos indicadores financeiros (“Covenants”) estabelecidos nos contratos de dívida por dois semestres consecutivos em 30 de setembro de 2015. Com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital da Companhia, a

controladora AES Guaíba II Empreendimentos Ltda aportou recursos no montante de R\$ 29.999 em novembro de 2015 e R\$ 295.455 em fevereiro de 2016, o que permitiu a reestruturação do perfil da dívida junto aos credores em março de 2016.

Em linha com a estratégia de crescimento do grupo AES no Brasil, em 15 de junho de 2016, a AES Guaíba II Empreendimentos Ltda firmou Contrato de Compra e Venda de Ações junto à CPFL Energia S.A, prevendo a venda de 100% das ações da AES Sul pelo valor de R\$ 1.698.455, sujeito a ajustes de capital de giro e variações da dívida líquida até a conclusão da transação. A conclusão ocorrerá após o cumprimento de certas condições precedentes, incluindo, dentre outros, a aprovação da transação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e pelo consentimento e aprovação dos credores da Companhia.

Até a data da apresentação dessas Informações Trimestrais, os seguintes órgãos deliberaram sobre a referida transação:

- Através do Parecer nº 204/2016/CGAA5/SGA1/SG, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração entre a Companhia e a CPFL Energia S.A. em 05 de agosto de 2016;
- Em 09 de agosto de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da CPFL Energia S.A. aprovou a aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da AES Sul;
- Em 06 de setembro, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 6.016/2016, anuiu a transferência do controle societário direto da AES Sul para a CPFL Jaguariúna Participações Ltda.

2 Desempenho econômico-financeiro

<i>Em milhares de Reais</i>	9M16	Reclassificado	Variação R\$	Variação %
		9M15		
Fornecimento de energia elétrica	3.307.449	3.044.122	263.327	8,7%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	131.624	81.543	50.081	61,4%
Ativo e passivo financeiro setorial	(306.925)	449.276	(756.201)	-168,3%
Outras receitas operacionais	711.656	665.006	46.650	7,0%
Receita operacional bruta	3.843.804	4.239.947	(396.143)	-9,3%
Deduções da receita operacional bruta	(1.732.812)	(1.744.583)	11.771	-0,7%
Receita operacional líquida	2.110.992	2.495.364	(384.372)	-15,4%
Custos com energia elétrica (Parcela A)	(1.378.059)	(1.844.663)	466.604	-25,3%
Custos de operação (Parcela B)	(680.317)	(553.507)	(126.810)	22,9%
Custos operacionais	(2.058.376)	(2.398.170)	339.794	-14,2%
Resultado do serviço	52.616	97.194	(44.578)	-45,9%
Resultado financeiro	(102.220)	(80.246)	(21.974)	27,4%
Imposto de renda e contribuição social	16.004	(7.097)	23.101	-325,5%
Prejuízo líquido do período	(33.600)	9.851	(43.451)	-441,1%

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia auferiu um prejuízo líquido no montante de R\$ 33.600 ante um lucro líquido de R\$ 9.851 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução do lucro em R\$ 43.451 no resultado da Companhia.

2.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia é constituída substancialmente do fornecimento e distribuição de energia elétrica e de suas respectivas deduções, acumulando nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 os montantes de R\$ 2.110.992 e R\$ 2.495.364, respectivamente.

	Receita operacional (R\$ mil)			Consumo (em GWh)		
	9M16	9M15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
		Reclassificado				
Fornecimento de energia elétrica	3.307.449	3.044.122	8,7%	5.667	5.986	-5,3%
<i>Residencial</i>	1.437.029	1.219.456	17,8%	2.028	1.995	1,7%
<i>Industrial</i>	672.954	754.327	-10,8%	1.175	1.440	-18,4%
<i>Comercial</i>	650.389	582.942	11,6%	916	961	-4,7%
<i>Rural</i>	285.364	250.290	14,0%	1.063	1.106	-3,8%
<i>Outras classes</i>	261.713	237.107	10,4%	484	484	0,1%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	95.815	61.069	56,9%	975	816	19,5%
Receita de construção	208.175	174.795	19,1%	-	-	0,0%
Não faturado	(65.838)	19.254	-441,9%	-	-	0,0%
Energia no curto prazo	110.256	77.677	41,9%	718	333	115,4%
Subvenções de recursos da CDE	198.807	175.062	13,6%	-	147	0,0%
Ativo e passivo financeiro setorial	(306.925)	449.276	-168,3%	-	(281)	0,0%
Atualização do ativo financeiro da concessão	46.274	42.473	8,9%	-	36	0,0%
Outras receitas	249.791	196.219	27,3%	55	147	-62,4%
Receita operacional bruta	3.843.804	4.239.947	-9,3%	7.415	7.184	3,2%
Deduções da receita operacional bruta:	(1.732.812)	(1.744.583)	-0,7%			
<i>Encargos setoriais</i>	(491.354)	(749.327)	-34,4%			
<i>Encargos tributários</i>	(1.241.458)	(995.256)	24,7%			
Receita operacional líquida	2.110.992	2.495.364	-15,4%			

A redução de 15,4 % da receita operacional líquida é explicada principalmente por:

- Redução de R\$ 756.201 no ativo financeiro setorial líquido em decorrência, principalmente, dos passivos financeiros setoriais constituídos (diferidos) na compra de energia elétrica pela redução no custo médio de compra e nos encargos setoriais (cota CDE), frente à cobertura tarifária;
- Redução de 0,7% nas deduções da receita bruta, atribuído principalmente aos encargos tributários (ICMS, COFINS, PIS) que aumentaram R\$ 246.202, sendo proporcionais à maior receita de fornecimento auferida no período, em adição ao aumento na alíquota de ICMS no ano de 2016, compensado pela redução nos encargos setoriais no montante R\$ 257.973 em decorrência da cobrança das bandeiras tarifárias e consequente repasse dos recursos à CCRBT, e da homologação das cotas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para o ano de 2016 pela ANEEL;

- Aumento de 8,7% da receita com fornecimento de energia elétrica, ocasionado principalmente: (i) pela revisão tarifária extraordinária de 2 de março de 2015 e pelo reajuste tarifário ocorrido em 19 de abril de 2015, gerando um aumento de 52,45% nas tarifas médias aos consumidores, parcialmente compensado pelo reajuste tarifário ocorrido em 19 de abril de 2016, com efeito médio para o consumidor de -0,34%; (ii) pelo maior número de unidades consumidoras, parcialmente compensado pela redução de 5,3% no volume de energia vendida; (iii) pelo aumento da alíquota de ICMS no ano de 2016
- Aumento de 61,4% ou R\$ 34.746 na receita pela disponibilização do sistema de transmissão e distribuição – TUSD devido ao ingresso de 89 novos consumidores livres e especiais para o ACL - (Ambiente de Contratação Livre);
- Aumento de 19,1%, ou R\$ 33.380 na receita de construção, indicando um maior nível de investimentos da Companhia entre os períodos comparados (impacto na margem é igual a zero);
- Aumento de 13,6%, ou R\$ 23.745 na receita de subsídios tarifários recebidos através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE);
- Aumento de 21,8%, ou R\$ 38.237 em outras receitas, conforme segue: (i) R\$ 13.138 em função da apresentação de determinados serviços cobráveis de consumidores como receita operacional no ano de 2016; e (ii) R\$ 34.739 na remuneração do ativo financeiro de concessão devido à maior participação do ativo indenizável no total do ativo de concessão;
- Atualização do valor justo do ativo financeiro da concessão, superior em R\$ 3.801 no período de nove meses em 2016 em relação ao mesmo período de 2015, em decorrência do aumento do saldo médio do ativo financeiro em 23,9%. Até novembro de 2015, a Companhia utilizava o IGP-M como índice de correção do ativo financeiro de concessão; a partir dessa data, a Companhia passou a utilizar o IPCA, conforme orientação no Submódulo 2.3 do PRORET - Procedimentos de Regulação Tarifária. A variação do IGP-M no período de nove meses de 2016 foi de 6,48% enquanto que a variação do IPCA no mesmo período de 2015 foi de 6,35%.

2.2 Custos operacionais

Os custos operacionais são divididos em duas categorias: (i) Parcela A, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia; e (ii) Parcela B, que corresponde aos custos gerenciáveis da Companhia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, os custos operacionais apresentaram uma redução de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme segue:

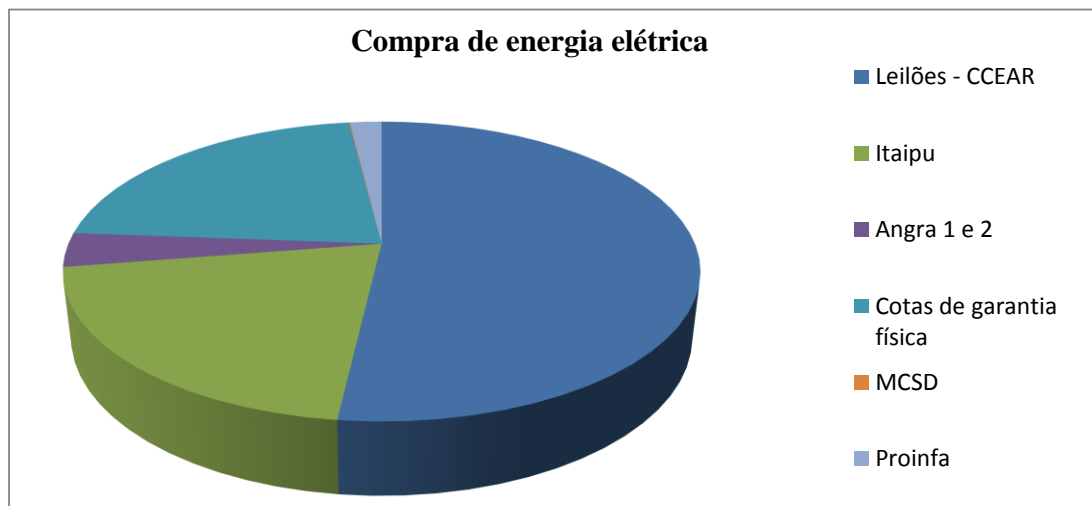
<i>Em milhares de Reais</i>	Reclassificado		Variação R\$	Variação %
	9M16	9M15		
Energia elétrica comprada para revenda/Proinfa	(1.180.052)	(1.630.994)	450.942	-27,6%
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(198.007)	(213.669)	15.662	-7,3%
Custo com energia elétrica (Parcela A)	(1.378.059)	(1.844.663)	466.604	-25,3%
Pessoal e administradores	(127.692)	(114.609)	(13.083)	11,4%
Entidade de previdência privada	(4.399)	(3.577)	(822)	23,0%
Material e serviços de terceiros	(108.306)	(116.567)	8.261	-7,1%
Custo de construção	(208.175)	(174.795)	(33.380)	19,1%
Depreciação e amortização	(104.707)	(97.677)	(7.030)	7,2%
Outros custos	(127.038)	(46.282)	(80.756)	174,5%
Custo de operação (Parcela B)	(680.317)	(553.507)	(126.810)	22,9%
Total dos custos operacionais	(2.058.376)	(2.398.170)	339.794	-14,2%

2.2.1 Custos com energia elétrica (Parcela A)

Os custos com energia elétrica (Parcela A) são compostos principalmente pelas contas de Energia elétrica comprada para revenda/Proinfa e Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição.

Energia elétrica comprada para revenda/Proinfa:

Em 30 de setembro de 2016, a origem do volume comprado de energia elétrica pela Companhia era a seguinte:



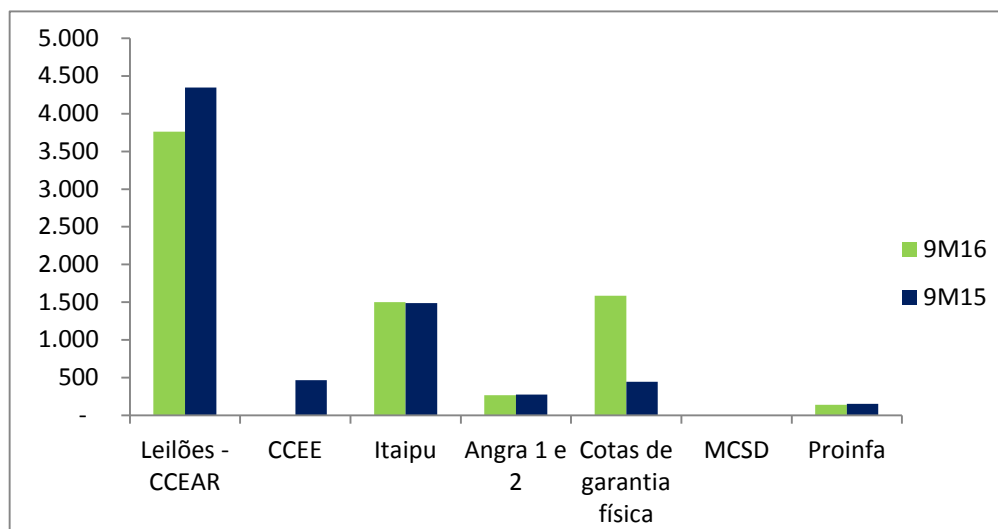
A energia elétrica comprada para revenda apresentou uma redução de R\$ 450.942 ou 27,6%, totalizando R\$ 1.180.052 no período de nove meses de 2016 e R\$ 1.630.994 no mesmo período de 2015. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- CCEAR's: Redução de R\$ 280.380, devido principalmente ao menor volume de compra de energia em leilões em 584.865 MWh e redução no preço médio em 15,1%;
- CCEE: Redução de R\$ 191.991, devido à posição de vendedora no mercado de curto prazo no período de nove meses de 2016;
- Itaipu: Redução de R\$ 110.499, em função da queda do preço médio em 27,9%, reflexo da redução na tarifa em dólares e na cotação da moeda estrangeira no período de nove meses de 2016, parcialmente compensado pelo aumento de 1,0% no volume de energia comprada;
- Risco hidrológico: Redução de R\$ 35.169, em decorrência da redução no risco de geração das usinas hidrelétricas.

Os fatores acima foram parcialmente compensados por:

- Cotas de garantia física: aumento de 1.143.282 MWh no volume contratado e de 105% no preço médio em 2016, resultando num incremento de custo de R\$ 81.194 no período de nove meses de 2016.

O gráfico abaixo mostra a evolução do volume comprado de energia (em GWh) entre os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, por tipo de contrato:



Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição:

A composição dos encargos é a seguinte:

	9M16	9M15	Var. R\$	Var. %
CEEE conexão	(20.545)	(20.674)	129	-0,6%
Eletrósul conexão	(2.513)	(2.154)	(359)	16,7%
Itaipu transporte	(7.620)	(7.532)	(88)	1,2%
Rede básica	(118.295)	(126.424)	8.129	-6,4%
Encargos uso rede elétrica - ESS	(44.884)	(57.597)	12.713	-22,1%
Tarifas de transmissão - CUSD RGE	(3.790)	(2.897)	(893)	30,8%
Encargo de energia de reserva - EER	(21.524)	(16.489)	(5.035)	N/A
Fronteira Oeste Transm. de Energia S.A - FOTE	(391)	-	(391)	N/A
(-) Créditos PIS/Cofins	21.555	20.098	1.457	7,2%
Total de encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(198.007)	(213.669)	15.662	-7,3%

A redução de R\$ 15.662 ou 7,3% deve-se basicamente à redução do custo com transporte de energia e encargos do uso da rede elétrica - ESS, parcialmente compensado com maiores custos dos encargos com energia de reserva e ajuste referente ao alívio retroativo do ESS em 2015.

2.2.2 Custos de operação (Parcela B)

A “Parcela B”, correspondente aos custos gerenciáveis da Companhia, totalizou R\$ 680.317 no período de nove meses de 2016, montante superior em 22,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. As variações nas seguintes contas explicam esse desempenho:

Custo de construção: aumento de 19,1% ou R\$ 33.380 devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão (impacto na margem é igual a zero).

Pessoal e administradores: aumento de R\$ 13.083 ou 11,4% em virtude principalmente de: (i) reajuste salarial de 7,20% em novembro de 2015 e de 0,80% em junho de 2016, conforme acordo coletivo; (ii) contratação de novos colaboradores, principalmente para as equipes de manutenção da rede de distribuição, parcialmente compensados pela (iii) redução nos custos com plano de participação nos lucros.

Material e serviços de terceiros: redução de R\$ 8.261 ou 7,1%, principalmente devido ao menor volume de serviços de manutenção da rede de distribuição contratados em função da primarização das equipes.

Outros custos: aumento líquido de R\$ 80.756, principalmente pelo (i) impacto negativo de R\$ 58.916 na provisão para créditos de liquidação duvidosa em função do aumento no prazo médio de recebimento das faturas e parcelamentos de energia e no pedido de recuperação judicial da parte devedora do contrato de compartilhamento de infra-estrutura; (ii) aumento de R\$ 11.369 na despesa de arrendamentos e alugueis de veículos e imóveis

em função da primarização das equipes de manutenção da rede de distribuição; (iii) aumento de R\$ 11.277 na despesa com provisões para contingências.

2.3 Resultado financeiro

	Reclassificado		Var. R\$	Var. %
	9M16	9M15		
Receitas financeiras	92.692	155.426	(62.734)	-40,4%
Despesas financeiras	(205.345)	(201.521)	(3.824)	1,9%
Variações cambiais, líquidas	10.433	(34.151)	44.584	-130,5%
Resultado financeiro	(102.220)	(80.246)	(21.974)	27,4%

No período de nove meses de 2016, o resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 102.220, ante uma despesa líquida de R\$ 80.246 registrada no mesmo período de 2015, devido principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento na receita de variação cambial no montante de R\$ 44.584, principalmente sobre faturas de energia, devido à valorização do Real frente ao dólar americano de 16,9% no período de nove meses de 2016, ante uma desvalorização de 49,6% no mesmo período de 2015;
- Aumento na renda de aplicações financeiras no montante de R\$ 10.928 em decorrência do incremento no saldo médio de aplicações financeiras;
- Impacto negativo de juros, multa e atualização monetária no valor de R\$ 59.561, sendo R\$ 71.937 referente a créditos de precatórios, registrado nos 9M15 parcialmente compensado com a redução da receita financeira sobre contas de energia em atraso no montante de R\$ 12.736;
- Impacto positivo de R\$ 16.474, relativo à atualização monetária dos ativos financeiros setoriais, registrado nos 9M16;
- Aumento de atualização monetária – Despacho nº 288 em R\$ 2.419 decorrente ao aumento do IGP-M (6,48% acumulado nos 9M16 e 6,35% acumulado nos 9M15), e decisão desfavorável do processo ajuizado pela Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A.

2.4 Impostos de renda e contribuição social

Varição positiva de R\$ 23.101 na despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos, ocasionada pelo aumento no prejuízo contábil e fiscal no período de nove meses em 2016.

1. Informações gerais

A AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia está autorizada a operar como concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e tem como objetivo realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica para 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Dona Laura, 320 – 6º e 10º andar, Bairro Rio Branco, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 23, faturou com fornecimento de energia 5.667 GWh e 5.986 GWh nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, respectivamente, atendendo a aproximadamente 1,3 milhão de unidades consumidoras nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/1997 foi assinado em 06 de novembro de 1997 e tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada 5 anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em abril de 2013. Os impactos do Reajuste Tarifário de 2016 estão demonstrados na nota explicativa nº 31.2 (b.4.3).

Ao longo dos últimos anos, a Companhia aumentou o seu saldo de dívida para fazer frente ao aumento do custo de energia gerado pela situação hidrológica. Embora o aumento de custo de energia seja repassado para a tarifa, caso ocorram em momentos distintos, há a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro. Mesmo com a Revisão Tarifária Extraordinária e a criação da conta centralizadora de bandeiras em 2015, ambos os mecanismos não foram suficientes para reverter o seu capital circulante negativo e cobrir o aumento dos custos, fazendo com que houvesse um aumento significativo do ativo regulatório líquido.

A partir do 2º trimestre de 2015, a crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado que impactou de maneira relevante o EBITDA^(*) da Companhia e o seu capital de giro. Além disso, no ano de 2015 o regulador (ANEEL) incluiu a Companhia no plano de melhoria nos serviços “Plano ANEEL” onde a Companhia vem fazendo frente a custos não programados anteriormente, pressionando ainda mais o fluxo de caixa. Outro fator inesperado que gerou pressão de fluxo de caixa foram os fortes temporais ocorridos na região de concessão da Companhia, demandando muitas equipes emergenciais que tem um custo de aproximadamente três vezes maior do que de uma equipe programada.

Notas Explicativas

Apesar de todos os esforços da Administração na gestão do caixa da Companhia, a redução do EBITDA acumulado nos últimos doze meses de 2015, bem como um maior nível de endividamento e menor geração de caixa operacional, resultaram, na quebra dos seus indicadores financeiros por dois trimestres consecutivos em 30 de setembro de 2015, tendo as dívidas reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante.

A Companhia como parte de suas tratativas para fortalecimento de estrutura de capital, obteve um aumento de capital no valor de R\$ 29.999, por meio de sua controladora AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., o qual foi realizado em 04 de novembro de 2015. Adicionalmente à capitalização por parte da controladora, a Companhia negociou a obtenção de anuência temporária de seus credores pelo descumprimento dos indicadores financeiros.

Nos dias 16 e 18 de dezembro de 2015, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas de 2ª e 3ª emissão, concedendo renúncia ao direito de declaração de vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito das debêntures em razão do descumprimento pelo segundo trimestre consecutivo (encerrado em 30 de setembro de 2015), dos índices financeiros. Desta forma, o direito dos credores declararem antecipadamente vencidas as 2ª e 3ª emissões de debêntures foram, postergados para 16 e 18 de fevereiro de 2016 respectivamente. Pela concessão da referida renúncia, a Companhia efetuou pagamento aos debenturistas de R\$6.200 em 15 de janeiro de 2016.

A Companhia publicou nos dias 05, 10 e 11 de fevereiro de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e do Comércio do Rio Grande do Sul as convocações para realização de Assembleias Gerais de Debenturistas em 22 de fevereiro de 2016 para as 2ª e 3ª emissões de debêntures, com o intuito de negociar as condições vigentes das referidas debêntures.

Em 26 de fevereiro de 2016, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia obteve aumento de capital no valor de R\$295.455 por meio de sua controladora AES Guaíba II Empreendimentos Ltda, com a emissão de 89.308 novas ações, nominativas e sem valor nominal, das quais 68.506 foram ações ordinárias e 20.802 foram ações preferenciais, subscritas privadamente pelo preço de emissão de R\$ 3.308,27 por ação ordinária e preferencial.

Nos dias 01 e 02 de março de 2016, a Companhia concluiu a renegociação das condições vigentes, e assinou o 2º aditivo da 2ª Emissão de Debêntures e da 3ª Emissão de Debêntures, efetivando assim, a reestruturação de suas dívidas. As principais alterações foram:

- (i) Prorrogação do prazo final para agosto de 2021;
- (ii) Carência de 1 ano para amortizações;
- (iii) Alteração dos limites de índices financeiros (*Covenants*), sendo que para o ano de 2016 não haverá verificação de tais índices;
- (iv) Alteração da taxa de juros da 2ª emissão de debêntures e da 2ª 3ª e 4ª série da 3ª emissão de debêntures.

(*) O EBITDA ou LAJIDA conforme definição dada pela Instrução da CVM Nº 527, de 04 de outubro de 2012 – significa o resultado líquido do período, acrescido dos

Notas Explicativas

tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 15 de junho de 2016, a controladora AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., firmou Contrato de Compra e Venda de Ações, prevendo a venda de 100% das ações da Companhia para a CPFL Energia S.A. Em 14 de julho de 2016, o referido contrato foi aditado, alterando o comprador para CPFL Jaguariúna Participações Ltda, controlada da CPFL Energia S.A.

O valor de compra acordado, com data base de 31 de dezembro de 2015, é de R\$1.403.000, acrescido de R\$ 295.455, referente ao aumento de capital realizado pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. em 26 de fevereiro de 2016. O valor total a ser pago pela CPFL Jaguariúna Participações Ltda. é de R\$ 1.698.455, sujeito a ajustes de capital de giro e variações da dívida líquida até a conclusão da transação.

A conclusão ocorrerá após o cumprimento de certas condições precedentes, incluindo, dentre outros, a aprovação da transação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e pelo consentimento e aprovação dos credores da Companhia. Adicionalmente, em cumprimento ao artigo 256 da Lei nº 6.404/1976, esta transação está sujeita à aprovação dos acionistas da CPFL Energia S.A..

Até a data da apresentação dessas Informações Trimestrais, os seguintes órgãos deliberaram sobre a referida transação:

- Através do Parecer nº 204/2016/CGAA5/SGA1/SG, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE aprovou, sem restrições, o ato de concentração entre a Companhia e a CPFL Energia S.A. em 05 de agosto de 2016;
- Em 09 de agosto de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da CPFL Energia S.A. aprovou a aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da AES Sul;
- Em 06 de setembro, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 6.016/2016, anuiu a transferência do controle societário direto da AES Sul para a CPFL Jaguariúna Participações Ltda.

As informações acima citadas não ocasionaram impactos contábeis nas informações intermediárias que estão sendo apresentadas.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 24 de outubro de 2016, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações (i) em suas demonstrações do resultado relativas ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, do valor adicionado e do fluxo de caixa relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, originalmente autorizadas em 28 de outubro de 2015, e (ii) em seu balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizado em 15 de fevereiro de 2016. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

Notas Explicativas

	31.12.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<u>ATIVO</u>				
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	22.302			22.302
Investimentos de curto prazo	58.237			58.237
Consumidores, concessionárias e permissionárias	598.246			598.246
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	5.039			5.039
Outros tributos compensáveis	10.306			10.306
Contas a receber - acordos	13.076			13.076
Almoxarifado	14.306			14.306
Despesas pagas antecipadamente	8.997			8.997
Devedores diversos	3.234	(a)	(3.234)	-
Ativo financeiro setorial, líquido	260.720			260.720
Outros créditos	71.497	(a)	3.234	74.731
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.065.960		-	1.065.960
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	93.398			93.398
Outros tributos compensáveis	14.912			14.912
Tributos e contribuições sociais diferidos	411.037			411.037
Cauções e depósitos vinculados	38.089			38.089
Contas a receber - acordos	35.333			35.333
Ativo financeiro setorial, líquido	69.074			69.074
Ativo financeiro da concessão	824.738			824.738
Propriedades para investimentos	21.041			21.041
Imobilizado, líquido	16.149			16.149
Intangível	1.475.783			1.475.783
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.999.554		-	2.999.554
TOTAL DO ATIVO	4.065.514		-	4.065.514

Notas Explicativas

PASSIVO	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	574.774		-	574.774
Empréstimos e financiamentos	71.264		-	71.264
Debêntures	1.277.833		-	1.277.833
Arrendamento financeiro	4.951		-	4.951
Subvenções governamentais	1.875		-	1.875
Outros tributos a pagar	86.099		-	86.099
Dividendos a pagar	215.019		-	215.019
Obrigações estimadas	26.974	(a)	(26.974)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	3.537	(a)	26.974	30.511
Encargos setoriais	111.183	(a)	19.236	130.419
Provisões para processos judiciais e outros	22.919		-	22.919
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	18.994	(a)	(18.994)	-
Outras obrigações	130.017	(a)	(242)	129.775
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.545.439		-	2.545.439
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos e financiamentos	36.476		-	36.476
Arrendamento financeiro	11.094		-	11.094
Subvenções governamentais	4.646		-	4.646
Outros tributos a pagar	32.221		-	32.221
Obrigações com entidade de previdência privada	29.504		-	29.504
Provisões para processos judiciais e outros	23.468		-	23.468
Dividendos a pagar	412.848		-	412.848
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.556		-	26.556
Obrigações estimadas	142		-	142
Outras obrigações	8.358		-	8.358
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	585.313		-	585.313
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado	463.235		-	463.235
Reservas de capital	5.761		-	5.761
Reservas de lucros:			-	
Reserva legal	59.302		-	59.302
Reserva estatutária	201.138		-	201.138
Reserva de lucros a realizar	64.536		-	64.536
Obrigatória do dividendo não distribuído	172.796		-	172.796
Ações em tesouraria	(8.056)		-	(8.056)
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	(23.950)		-	(23.950)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	934.762		-	934.762
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.065.514		-	4.065.514

Notas Explicativas**Demonstração do resultado:**

Ref.	01.07.2015 a 30.09.2015			01.01.2015 a 30.09.2015			
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(a e b)	742.831	14.447	757.278	2.452.891	42.474	2.495.365
CUSTOS OPERACIONAIS							
Custos com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(c)	(444.107)	21.952	(422.155)	(1.628.962)	33.918	(1.595.044)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		(11.948)	-	(11.948)	(35.950)	-	(35.950)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição		(85.126)	-	(85.126)	(213.669)	-	(213.669)
Taxa de fiscalização		-	-	-	-	-	-
Custos de operação							
Pessoal e administradores		(39.115)	-	(39.115)	(114.609)	-	(114.609)
Entidade de previdência privada		(1.134)	-	(1.134)	(3.577)	-	(3.577)
Serviços de terceiros		(31.572)	-	(31.572)	(104.394)	-	(104.394)
Material		(4.719)	-	(4.719)	(12.173)	-	(12.173)
Custo de construção		(56.778)	-	(56.778)	(174.795)	-	(174.795)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		10.056	-	10.056	1.607	-	1.607
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(6.063)	-	(6.063)	(16.855)	-	(16.855)
Depreciação e amortização		(33.320)	-	(33.320)	(97.677)	-	(97.677)
Outros custos		(10.616)	-	(10.616)	(31.034)	-	(31.034)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(714.442)	21.952	(692.490)	(2.432.088)	33.918	(2.398.170)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		28.389	36.399	64.788	20.803	76.392	97.195
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas financeiras	(b)	88.782	(2.481)	86.301	197.900	(42.474)	155.426
Despesas financeiras		(77.458)	-	(77.458)	(201.521)	-	(201.521)
Variações cambiais, líquidas	(c)	11.840	(33.918)	(22.078)	(233)	(33.918)	(34.151)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		23.164	(36.399)	(13.235)	(3.854)	(76.392)	(80.246)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		51.553	-	51.553	16.949	-	16.949
Contribuição social		67	-	67	67	-	67
Imposto de renda		181	-	181	181	-	181
Contribuição social diferida		(4.846)	-	(4.846)	(1.949)	-	(1.949)
Imposto de renda diferido		(13.453)	-	(13.453)	(5.396)	-	(5.396)
TOTAL DOS TRIBUTOS		(18.051)	-	(18.051)	(7.097)	-	(7.097)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		33.502	-	33.502	9.852	-	9.852

Demonstração do valor adicionado:

	01.01.2015 a 30.09.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
1. RECEITAS	4.199.083		42.473	4.241.556
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	4.022.681		42.473	4.065.154
Fornecimento de energia elétrica	3.749.979		-	1.868.151
Outras receitas	272.702	(b)	42.473	2.197.003
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.375.439)		33.918	(2.341.521)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.823.644		76.391	1.900.035
4. RETENÇÕES	(97.677)		-	(97.677)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.725.967		76.391	1.802.358
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	197.900		(42.473)	155.427
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.923.867		33.918	1.957.785
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.923.867	(c)	33.918	1.957.785
Empregados (Colaboradores)	126.714		-	126.714
Tributos (Governo)	1.582.132		-	1.582.132
Federais	143.999		-	143.999
Estaduais	688.569		-	688.569
Municipais	235		-	235
Encargos regulamentares da concessão	749.329		-	749.329
Remuneração de capital de terceiros	205.169	(c)	33.918	239.087
Remuneração de capital próprio	9.852		-	9.852

Notas Explicativas

Demonstração do fluxo de caixa:

	30.09.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<u>Atividades operacionais:</u>				
Lucro líquido do período	9.852	-	-	9.852
<u>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</u>				
Depreciação e amortização	97.677	-	-	97.677
Variações monetárias e cambiais	(2.638)	-	-	(2.638)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(42.474)	-	-	(42.474)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	1.622	-	-	1.622
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	19.544	-	-	19.544
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	181.261	-	-	181.261
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	3.213	-	-	3.213
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	(7.344)	-	-	(7.344)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	15.181	-	-	15.181
Tributos e contribuições sociais diferidos	7.345	-	-	7.345
Ações e opções de ações outorgadas	97	-	-	97
<u>Variações nos ativos e passivos:</u>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(216.602)	-	-	(216.602)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(3.669)	-	-	(3.669)
Outros tributos compensáveis	4.411	-	-	4.411
Devedores diversos	(2.006)	(a)	2.006	-
Almoxarifado	505	-	-	505
Contas a receber - acordos	(5.583)	-	-	(5.583)
Despesas pagas antecipadamente	(1.473)	-	-	(1.473)
Outros créditos	52.476	(a)	(2.006)	50.470
Ativo financeiro setorial, líquido	(210.792)	-	-	(210.792)
Fornecedores	93.691	-	-	93.691
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.350	-	-	3.350
Outros tributos a pagar	95.801	-	-	95.801
Pagamento de processos judiciais e outros	(19.121)	-	-	(19.121)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.986)	(a)	4.865	2.879
Obrigações estimadas	4.865	(a)	(4.865)	-
Encargos setoriais	102.032	(a)	5.799	107.831
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	5.799	(a)	(5.799)	-
Outras obrigações	16.453	-	-	16.453
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	8.550	-	-	8.550
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(6.803)	-	-	(6.803)
Caixa gerado nas atividades operacionais	203.234	-	-	203.234
Juros pagos (encargos de dívidas)	(204.128)	-	-	(204.128)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(30.865)	-	-	(30.865)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(31.759)	-	-	(31.759)
<u>Atividades de investimentos:</u>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(178.737)	-	-	(178.737)
Consumidores - Participação financeira	36.335	-	-	36.335
Aplicações em investimento de curto prazo	(1.736.587)	-	-	(1.736.587)
Resgates de investimento de curto prazo	1.797.414	-	-	1.797.414
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(5.249)	-	-	(5.249)
Caixa líquido usado das atividades de investimentos	(86.824)	-	-	(86.824)
<u>Atividades de financiamentos:</u>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	1.550.000	-	-	1.550.000
Pagamento de empréstimos - principal	(1.453.430)	-	-	(1.453.430)
Custo de empréstimos	(30.683)	-	-	(30.683)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(1.431)	-	-	(1.431)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	64.456	-	-	64.456
Varição no caixa líquido da Companhia	(54.127)	-	-	(54.127)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	58.641	-	-	58.641
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.514	-	-	4.514

Notas Explicativas

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

- (a) Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico, a Companhia reclassificou os saldos patrimoniais:
- da rubrica “Devedores diversos” para “Outros créditos”;
 - da rubrica “Obrigações estimadas” para “Obrigações sociais e trabalhistas”;
 - das rubricas “Encargos tarifários e do consumidor a recolher” e “Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética” para a rubrica “Encargos setoriais”;
 - da taxa de fiscalização considerado na rubrica “Outras obrigações” para a rubrica “Encargos setoriais”.

As reclassificações patrimoniais descritas acima também foram refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

- (b) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:
- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- (iii) As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- (iv) Análises elaboradas por especialistas externos e que buscam calcular certos indicadores de performance, tais como: Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, Retorno Sobre o Ativo Financeiro, Retorno Sobre o Ativo Operacional, Custo da Dívida, e Retorno Sobre o Ativo Total, podem sofrer distorções importantes quanto computados com base na prática contábil adotada anteriormente;
- (v) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O impacto deste assunto no trimestre e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 foi uma reclassificação da receita financeira para o resultado operacional nos montantes de R\$ 36.398 e R\$ 42.473, respectivamente.

Notas Explicativas

- (c) A variação cambial de Itaipu foi reclassificada para “Variações cambiais, líquidas”, sendo anteriormente apresentada como “Custos operacionais”, no montante de R\$ 33.918.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.23 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	30.09.2016	31.12.2015
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Numerário disponível	14.154	10.332
Numerário em trânsito	-	11.970
Subtotal	14.154	22.302
	30.09.2016	31.12.2015
<u>Investimentos de curto prazo:</u>		
CDB-DI (I)	112.450	23.342
Títulos públicos (II)	896	820
Operações compromissadas (I)	207	34.075
Subtotal	113.553	58.237
Total	127.707	80.539

Notas Explicativas

- (I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados, em média, a 94,35% do CDI no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (95,72% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias é a seguinte:

<u>CIRCULANTE</u>	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Consumidores:		
Faturados	327.687	312.419
Não faturados	152.278	206.070
Ressarcimento - leilões de energia	7.668	4.254
Outros	4.497	1.939
Suprimento de energia elétrica	1.518	1.795
Encargos de uso da rede	1.212	228
Subtotal	494.860	526.705
Comercialização no CCEE - nota explicativa nº 33.1	67.557	89.233
Exposição decorrente de preços entre submercados - nota explicativa nº 33.1	437.800	437.800
Provisão para perda com créditos referentes à exposição decorrente de preços entre submercados - nota explicativa nº 33.1	(437.800)	(437.800)
Subtotal	67.557	89.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.365)	(17.692)
Total - Circulante	535.052	598.246
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores	93.044	93.747
Subtotal	93.044	93.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58)	(349)
Total - Não circulante	92.986	93.398
Total - Circulante + Não Circulante	628.038	691.644

Notas Explicativas

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias abertos por classe é como segue:

	30.09.2016					Saldo líquido
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	88.918	62.969	9.934	161.821	(9.934)	151.887
Industrial	13.020	12.597	12.445	38.062	(5.134)	32.928
Comercial e serviços	29.277	12.676	9.838	51.791	(7.086)	44.705
Rural	8.551	12.675	8.736	29.962	(2.192)	27.770
<u>Poder público:</u>						
Federal	1.038	153	131	1.322	-	1.322
Estadual	2.661	1.758	403	4.822	-	4.822
Municipal	5.580	2.883	2.033	10.496	-	10.496
Iluminação pública	7.206	2.147	154	9.507	-	9.507
Iluminação pública - precatórios	-	-	7.272	7.272	-	7.272
Serviço público	10.060	2.541	31	12.632	-	12.632
Total - Faturado	166.311	110.399	50.977	327.687	(24.346)	303.341
Não faturado	152.278	-	-	152.278	-	152.278
Total	318.589	110.399	50.977	479.965	(24.346)	455.619
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Suprimento de energia elétrica	1.518	-	-	1.518	-	1.518
Encargos de uso da rede	1.212	-	-	1.212	-	1.212
Ressarcimento - leilões de energia	7.668	-	-	7.668	-	7.668
Outros	4.497	-	-	4.497	-	4.497
Total	14.895	-	-	14.895	-	14.895
TOTAL - CIRCULANTE	333.484	110.399	50.977	494.860	(24.346)	470.514
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
<u>Poder público:</u>						
Estadual	-	-	1	1	(1)	-
Municipal	-	-	58	58	(57)	1
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública - precatórios	-	-	92.976	92.976	-	92.976
Serviço público	-	-	9	9	-	9
Total	-	-	93.044	93.044	(58)	92.986
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	93.044	93.044	(58)	92.986
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	333.484	110.399	144.021	587.904	(24.404)	563.500

Notas Explicativas

	31.12.2015					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	84.208	59.522	7.708	151.438	(7.708)	143.730
Industrial	12.627	12.205	7.698	32.530	(2.317)	30.213
Comercial e serviços	30.720	14.740	5.064	50.524	(2.877)	47.647
Rural	12.953	5.358	4.440	22.751	(694)	22.057
<u>Poder público:</u>						
Federal	1.067	930	25	2.022	-	2.022
Estadual	2.375	2.506	91	4.972	-	4.972
Municipal	5.097	2.598	2.813	10.508	-	10.508
Iluminação pública	8.217	1.882	312	10.411	-	10.411
Iluminação pública - precatórios	-	-	9.302	9.302	-	9.302
Serviço público	9.503	6.780	1.678	17.961	-	17.961
Total - Faturado	166.767	106.521	39.131	312.419	(13.596)	298.823
Não faturado	206.070	-	-	206.070	-	206.070
Total	372.837	106.521	39.131	518.489	(13.596)	504.893
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Suprimento de energia elétrica	1.795	-	-	1.795	-	1.795
Encargos de uso da rede	228	-	-	228	-	228
Ressarcimento - leilões de energia	4.254	-	-	4.254	-	4.254
Outros	1.939	-	-	1.939	-	1.939
Total	8.216	-	-	8.216	-	8.216
TOTAL - CIRCULANTE	381.053	106.521	39.131	526.705	(13.596)	513.109
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
<u>Poder público:</u>						
Estadual	-	-	2	2	-	2
Municipal	-	-	304	304	(149)	155
Iluminação pública	-	-	200	200	(200)	-
Iluminação pública - precatórios	-	-	93.232	93.232	-	93.232
Serviço público	-	-	9	9	-	9
Total	-	-	93.747	93.747	(349)	93.398
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	93.747	93.747	(349)	93.398
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	381.053	106.521	132.878	620.452	(13.945)	606.507

(*) PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 9.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Sobre o valor das faturas vencidas incidem juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis:	30.09.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		
Contribuição social	1.382	951
Imposto de renda	2.541	3.575
Imposto de renda retido na fonte	4.558	513
Total	8.481	5.039
Outros tributos compensáveis:	30.09.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.095	9.921
COFINS	233	316
PIS	50	69
Total	8.378	10.306
NÃO CIRCULANTE		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	14.232	10.493
COFINS	3.251	3.079
PIS	706	668
Outros	671	672
Total	18.860	14.912

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	30.09.2015
Provisão para processos judiciais e outros	16.213	14.855	1.358	1.396
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	30.453	20.270	10.183	2.166
Provisão de benefícios a empregados	(407)	2.187	(2.594)	(847)
Provisão de materiais e serviços	4.155	6.945	(2.790)	203
Varição cambial (*)	-	(73)	73	1.491
Prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	407.606	384.957	22.649	3.073
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	27.843	12.339	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(47.177)	(31.443)	(15.734)	(14.441)
Outros	3.860	1.000	2.859	(386)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos			16.004	(7.345)
Total do ativo fiscal diferido, líquido	442.546	411.037		
Total do ativo fiscal diferido registrado, líquido	442.546	411.037		

	30.09.2016	31.12.2015
Tributos diferidos ativos	495.081	447.590
Tributos diferidos passivos	(52.535)	(36.553)
Total	442.546	411.037

(*) De acordo com a Medida Provisória 2.158/2001, a Companhia adota regime de caixa para registro da variação cambial, por isso, constitui diferido sobre a mesma. Os

Notas Explicativas

registros mais relevantes são relacionados à variação cambial para aquisição de energia de Itaipu.

Movimentação dos tributos diferidos	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	411.037
Impacto no resultado	16.004
Impacto no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes)	15.505
Saldo em 30 de junho de 2016	442.546

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2016, referentes aos impostos diferidos ativos serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2027.

8. Contas a receber – acordos e outras contas a receber

A composição do saldo de contas a receber – acordos é como segue:

	30.09.2016			31.12.2015		
	Saldo	PCLD (*)	Saldo líquido	Saldo	PCLD (*)	Saldo líquido
<u>CIRCULANTE</u>						
Termo de confissão de dívida:						
Prefeituras municipais diversas	11.701	(4.310)	7.391	9.605	(3.822)	5.783
Consumidores	28.134	(14.126)	14.008	17.985	(10.692)	7.293
Total	39.835	(18.436)	21.399	27.590	(14.514)	13.076
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Termo de confissão de dívida:						
Prefeituras municipais diversas	39.429	(11.013)	28.416	38.768	(10.980)	27.788
Prefeituras municipais diversas - precatórios	2.972	-	2.972	4.040	-	4.040
Consumidores	17.912	(17.201)	711	19.587	(16.082)	3.505
Total	60.313	(28.214)	32.099	62.395	(27.062)	35.333
Total geral	100.148	(46.650)	53.498	89.985	(41.576)	48.409

A abertura do contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Prefeituras municipais diversas	47.185	483	6.434	54.102
Consumidores	29.961	4.910	11.175	46.046
Subtotal	77.146	5.393	17.609	100.148
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.771)	(4.257)	(14.622)	(46.650)
Saldo líquido de PCLD - Circulante + Não Circulante	49.375	1.136	2.987	53.498

Notas Explicativas

9. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As movimentações das provisões para créditos de liquidação duvidosa são como segue:

Rubricas de origem	Saldo em 31.12.2015	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Transferências	Saldo em 30.09.2016
CIRCULANTE						
Consumidores - nota explicativa nº 5	(13.596)	(33.628)	21	22.858	-	(24.345)
Contas a receber - acordos - Consumidores - nota explicativa nº 8	(10.692)	(3.948)	249	265	-	(14.126)
Contas a receber - acordos - Prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(3.822)	(1.020)	531	-	-	(4.310)
Comercialização na CCEE - nota explicativa nº 5	(3.019)	-	-	-	-	(3.019)
Outros créditos - nota explicativa nº10	(1.077)	(14.418)	-	-	-	(15.495)
Total	(32.206)	(53.013)	801	23.123	-	(61.295)
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores - nota explicativa nº 5	(349)	(1.486)	-	1.099	678	(58)
Contas a receber - acordos - Consumidores - nota explicativa nº 8	(16.082)	(4.082)	-	2.963	-	(17.201)
Contas a receber - acordos - Prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(10.980)	(769)	1.438	(24)	(678)	(11.013)
Total	(27.411)	(6.337)	1.438	4.038	-	(28.272)
Total circulante + não circulante	(59.617)	(59.350)	2.239	27.161	-	(89.567)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisões para créditos de liquidação duvidosa:

	30.09.2016	30.09.2015
Provisões	(59.349)	(27.702)
Reversões	2.239	14.922
Receita com recuperação de perdas (*)	1	5
Reversão - Precatórios de Canoas (**)	-	14.342
Outras	(200)	40
Despesa com PCLD no período	(57.309)	1.607

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixadas para perda.

(**) A reversão é decorrente de créditos a receber referente aos precatórios junto à Prefeitura de Canoas.

Notas Explicativas

10. Outros créditos

A composição do saldo de outros créditos é como segue:

	30.09.2016	Reclassificado 31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Cauções e depósitos vinculados	209	290
Programa de eficiência energética	478	451
Repasso CDE - descontos na tarifa - nota explicativa nº 23	54.636	55.013
Compartilhamento de infra-estrutura	18.879	16.672
Adiantamentos a empregados	2.675	1.235
Adiantamentos a fornecedores	2.340	1.317
Outros	856	830
Subtotal	80.073	75.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(15.495)	(1.077)
Saldo líquido de PCLD	64.578	74.731

(*) O montante refere-se à parcela do contrato de compartilhamento de infra-estrutura de postes junto à prestadora de serviços de telecomunicações que atendeu aos critérios definidos pela Companhia para a constituição de PCLD, refletindo a estimativa das prováveis perdas sobre o recebível. Em junho de 2016, a operadora de telefonia Oi S/A apresentou pedido de recuperação judicial ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, resultando no incremento da PCLD no montante de R\$ 8.872.

11. Contratos de concessão público – privado

	30.09.2016	31.12.2015
<u>Ativo financeiro</u>		
Ativo financeiro da concessão	929.331	824.738
<u>Intangível</u>		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 12	1.489.841	1.475.783
Total contratos de concessão público - privado	2.419.172	2.300.521

O ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de concessão - estabelece as diretrizes para a contabilização pelos operadores (concessionárias) dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Notas Explicativas

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2015	732.256	92.482	824.738
Baixas	(5.400)	-	(5.400)
Atualização monetária - nota explicativa nº 23	-	46.274	46.274
Transferência proveniente do ativo intangível da concessão	63.719	-	63.719
Saldo em 30 de setembro de 2016	790.575	138.756	929.331

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 06 de novembro de 1997, a Companhia e o Ministério de Minas e Energia e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL manifestar-se-á até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

No dia 20 de março de 2005 foi assinado o primeiro aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto constitui:

- (i) formalizar a alteração social da Companhia Centro Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, para AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.;
- (ii) formalizar a transferência do controle societário da concessionária AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., da AES Guaíba Empreendimentos Ltda., para AES Guaíba II Empreendimentos Ltda.;
- (iii) formalizar a incorporação pela concessionária da empresa AES Guaíba Empreendimentos Ltda.;
- (iv) alterar a redação da terceira subcláusula da cláusula quinta – Encargos da concessionária, bem como suprimir a quarta subcláusula da cláusula quinta, renumerando desta forma as demais subcláusulas da cláusula quinta.;

Notas Explicativas

No dia 8 de abril de 2005 foi assinado o segundo aditivo ao contrato de concessão entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos arts. 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá a tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

No dia 12 de abril de 2010 foi assinado o terceiro aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos encargos setoriais da “Parcela A” para a receita anual da concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da cláusula sétima do contrato de concessão.

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto aditivo ao contrato de concessão entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado pelo poder concedente ou reembolsado pela Companhia.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 19 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica ocorre na mesma data a cada 5 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Notas Explicativas

12. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	30.09.2016	31.12.2015
<u>Intangível:</u>		
<u>Ativo intangível da concessão</u>		
Intangível da concessão	1.275.787	1.252.145
Amortização	(302.979)	(251.059)
Ativo intangível da concessão em curso	201.925	138.286
Subtotal	1.174.733	1.139.372
<u>Outros intangíveis da concessão (*)</u>		
Aquisição de direito de concessão	802.164	802.164
Amortização	(487.056)	(465.753)
Subtotal	315.108	336.411
Total do ativo intangível	1.489.841	1.475.783

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

(*) Os outros intangíveis da concessão decorrentes da incorporação da controladora AES Guaíba Empreendimentos Ltda. estavam anteriormente classificados como ágio de concessão de acordo com o seu fundamento econômico e foram reclassificados em função da adoção inicial dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. A amortização deste ágio é efetuada conforme anuência da ANEEL através do Ofício nº 048/2000-DR/ANEEL, tendo sido utilizada uma taxa anual de 3,54% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (3,55% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

A movimentação do ativo intangível da concessão e dos outros intangíveis da concessão é como segue:

	Em curso		Em serviço			Ativo intangível	Amortização Acumulada	Total do ativo intangível da concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais	Aquisição de direito da concessão			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	212.919	(74.633)	1.419.545	(167.400)	802.164	2.192.595	(716.812)	1.475.783
Adições	215.256	(29.464)	2.825	-	-	188.617	(107.900)	80.717
Baixas	-	-	(37.617)	-	-	(37.617)	27.312	(10.305)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	7.365	7.365
Transferência para o ativo intangível em serviço	(63.212)	4.778	63.212	(4.778)	-	-	-	-
Transferência para o ativo financeiro da concessão	(69.645)	5.926	-	-	-	(63.719)	-	(63.719)
Saldo em 30 de setembro de 2016	295.318	(93.393)	1.447.965	(172.178)	802.164	2.279.876	(790.035)	1.489.841

Notas Explicativas

13. Fornecedores

	Reclassificado	
	30.09.2016	31.12.2015
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE- nota explicativa nº 33.1		
Energia comprada no curto prazo	92.752	98.624
ESS - Encargo de Serviço do Sistema	46.931	73.538
Risco hidrológico	24.316	41.890
Total CCEE - Nota explicativa 33.1	163.999	214.052
Itaipu	61.316	139.288
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	133.053	135.278
Eletronuclear (ANGRA I e II)	5.973	5.112
Quota de Energia Existente	11.444	4.925
MCSD - Trocas livres	109	166
Uso da transmissão - Outros	18.344	17.188
Encargos de conexão	4.262	3.458
Transporte Itaipu	1.134	1.072
Subtotal	399.634	520.539
Materiais e Serviços	45.437	53.317
Materiais e Serviços - Partes relacionadas - nota explicativa nº 29.1	1.017	918
Total	446.088	574.774

Parte do saldo a pagar junto a CCEE é referente à publicação do Despacho nº 288 (vide nota explicativa nº 33.1).

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui seguro garantia no valor de R\$ 831 para compra de energia referente a leilões CCEAR.

Notas Explicativas**14. Tributos a pagar**

	30.09.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
<u>Federais:</u>		
PIS/COFINS - parcelamento (a)	9.241	8.405
COFINS	13.880	16.581
PIS	3.013	3.600
INSS	2.855	2.508
IRRF	126	115
FGTS	596	874
Outros	1.270	2.009
Subtotal - Federais	30.981	34.092
<u>Estaduais</u>		
ICMS	31.890	31.193
ICMS - parcelamento	-	20.526
Subtotal - Estaduais	31.890	51.719
<u>Municipais</u>		
ISS	373	288
Subtotal - Municipais	373	288
Total	63.244	86.099
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
<u>Federais:</u>		
PIS/COFINS - parcelamento (a)	28.373	32.221
Subtotal - Federais	28.373	32.221
Total - Outros tributos a pagar	91.617	118.320

- (a) Em novembro de 2015 a Receita Federal do Brasil deferiu o pedido de parcelamento do PIS e COFINS relativo aos meses de agosto e setembro de 2015, no valor total consolidado de R\$ 34.253.

O pagamento do parcelamento será feito em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, com incidência de juros (i) Selic, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de (ii) 1% relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, conforme artigo 13 da Lei 10.522 de julho de 2002. Até 30 de setembro de 2016 foram liquidadas 11 parcelas e realizada a compensação parcial da parcela 60.

O saldo de R\$ 37.614 (R\$ 9.241 no circulante e R\$ 28.373 no não circulante), demonstra a posição em 30 de setembro de 2016, conforme abaixo:

Parcelamento	Valor	Juros e Multa	Amortização	Saldo em 30.09.2016
PIS/COFINS	34.253	11.514	(8.153)	37.614

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

Nos dias 05, 10 e 11 de fevereiro de 2016, a Companhia convocou uma realização de Assembleias Gerais de Debenturistas, a qual ocorreu em 22 de fevereiro de 2016 para as 2ª e 3ª Emissões de Debêntures, com o intuito de negociar as condições vigentes das referidas debêntures – Vide nota explicativa nº 1.

Nos dias 01 e 02 de março de 2016, a Companhia concluiu a renegociação das condições vigentes, e assinou o 2º aditivo da 2ª Emissão de Debêntures e da 3ª Emissão de Debêntures, efetivando assim, a reestruturação de suas dívidas. As principais alterações foram:

- (i) Prorrogação do prazo final para agosto de 2021;
- (ii) Carência de 1 ano para amortizações;
- (iii) Alteração dos limites de índices financeiros (*Covenants*), sendo que para o ano de 2016 não haverá verificação de tais índices;
- (iv) Alteração da taxa de juros da 2ª emissão de debêntures e da 2ª 3ª e 4ª série da 3ª emissão de debêntures.

Desta forma, os saldos das dívidas que em dezembro de 2015, estavam classificados no passivo circulante, devido ao descumprimento dos compromissos financeiros (*covenants*) pelo segundo trimestre consecutivo em 30 de setembro de 2015, foram novamente classificados no passivo não circulante, de acordo com os novos prazos firmados com os debenturistas.

Os detalhes dos novos índices financeiros (*Covenants*) estão descritos na nota explicativa nº 15.7.

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Moeda Nacional	Vencimento	Taxa efetiva (**) % a.a	30.09.2016							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Instituições Financeiras / Credores										
Empréstimos e financiamentos:										
Consumidores - a.1	2017	IGP-M + 6,00	-	5.582	-	5.582	-	-	-	5.582
Eletrobrás - Luz para todos (*) - a.2.1	2023	5,00	-	6.127	-	6.127	18.358	-	18.358	24.485
FINEP (*) - a.4.1	2020	5,00	17	1.971	-	1.988	5.687	-	5.687	7.675
FINEP (*) - a.4.2	2022	TJLP	19	1.038	-	1.057	5.649	-	5.649	6.706
Subtotal			36	14.718	-	14.754	29.694	-	29.694	44.448
Debêntures:										
Debêntures - 2ª emissão - a.6	2021	CDI + 4,59	6.265	16.471	(1.464)	21.272	263.529	(3.871)	259.658	280.930
Debêntures - 3ª emissão - 1ª série - a.7	2016	CDI + 6,08	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 3ª emissão 2ª a 4ª séries- a.7	2021	CDI + 5,39	17.155	45.100	(6.888)	55.367	721.605	(16.989)	704.616	759.983
Subtotal			23.420	61.571	(8.352)	76.639	985.134	(20.860)	964.274	1.040.913
Leasing:										
Arrendamento financeiro - a.8	2025	13,75%	-	9.163	-	9.163	17.837	-	17.837	27.000
Subtotal			-	9.163	-	9.163	17.837	-	17.837	27.000
Total			23.456	85.452	(8.352)	100.556	1.032.665	(20.860)	1.011.805	1.112.361

Notas Explicativas

Moeda Nacional		31.12.2015							
		Vencimento	Taxa efetiva (**) % a.a	Circulante			Não Circulante		
Instituições Financeiras / Credores	Encargos			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e financiamentos:									
Consumidores - a.1	2016	IGP-M + 6,00	-	5.290	-	5.290	-	-	5.290
Eletrobrás - Luz para todos (*) - a.2.1	2023	5,00	-	6.106	-	6.106	22.951	-	29.057
Eletrobrás - Financiamento (*) - a.2.2	2016	5,00	-	6.521	-	6.521	-	-	6.521
FINAME - Banco Itaú - a.3.1	2016	10,00	1	282	-	283	-	-	283
FINAME- Banco Itaú - a.3.2	2016	8,70	3	681	-	684	-	-	684
FINEP (*) - a.4.1	2020	5,00	22	1.912	-	1.934	7.173	-	9.107
FINEP (*) - a.4.2	2022	TJLP	22	533	-	555	6.352	-	6.907
CCB Safra - a.5	2016	CDI + 16,27	219	50.000	(328)	49.891	-	-	49.891
Subtotal			267	71.325	(328)	71.264	36.476	-	107.740
Debêntures:									
Debêntures - 2ª emissão - a.6	2015	CDI + 1,72	16.076	290.000	(2.151)	303.925	-	-	303.925
Debêntures - 3ª emissão - 1ª série - a.7	2015	CDI + 8,92	4.104	100.000	(1.465)	102.639	-	-	102.639
Debêntures - 3ª emissão 2ª a 4ª séries- a.7	2015	CDI + 6,32	40.081	850.000	(18.812)	871.269	-	-	871.269
Subtotal			60.261	1.240.000	(22.428)	1.277.833	-	-	1.277.833
Leasing:									
Arrendamento financeiro - a.8	2025	13,75%	-	4.951	-	4.951	11.094	-	16.045
Subtotal			-	4.951	-	4.951	11.094	-	16.045
Total			60.528	1.316.276	(22.756)	1.354.048	47.570	-	1.401.618

(*) O saldo está apresentado líquido das subvenções governamentais.

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Os empréstimos relacionados abaixo possuem como garantia cartas fiança, conforme detalhamento:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Eletrobrás - Financiamento	1	1.051	3,75%
FINAME	1	3.063	1,00%
Eletrobrás - LPT	4	45.823	3,30 a 3,75%
FINEP	5	16.832	3,25% a 4,50%

Notas Explicativas

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos/repactuados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016:

Reestruturação de dívida – 2ª e 3ª Emissão de Debêntures

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia renegotiou as condições vigentes, da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures, efetivando assim, a reestruturação de suas dívidas. As principais alterações foram:

Descrição	Valor do principal	Taxa contratual		Pagamento de juros	Amortização do principal				Vencimento	
		Anterior	Vigente		Anterior	Vigente	Anterior	Vigente		
Debêntures - 2ª emissão	R\$290.000	CDI + 1,25%	CDI + 3,75%	Semestrais	Anual	R\$ 145.000	Única	R\$ 8.235	Fevereiro de 2017	Fevereiro de 2017
					Anual	R\$ 145.000	Única	R\$ 8.235	Fevereiro de 2018	Agosto de 2017
					-	-	Semestrais	R\$ 32.941	-	Fevereiro de 2018 à agosto de 2021
Debêntures - 3ª emissão (1ª Série)	R\$100.000	CDI + 2,40%	CDI + 2,40%	Semestrais	Única	R\$ 100.000	Única	R\$ 100.000	Março de 2016	Setembro de 2016
Debêntures - 3ª emissão (2ª, 3ª e 4ª Série)	R\$850.000	CDI + 4,75%	CDI + 3,75%	Semestrais	Semestrais	R\$ 94.444	Semestrais	R\$ 22.550	Março de 2016 à março de 2020	Fevereiro de 2017 à agosto de 2017
								R\$ 90.201		Fevereiro de 2018 à agosto de 2021

Adicionalmente, conforme previsto nas condições de renegociação, a Companhia efetuou amortizações do principal no valor de R\$ 83.295, referente a 2º, 3º e 4º série, da 3ª emissão. Com relação aos custos de reestruturação, a Companhia efetuou pagamento de R\$ 20.454. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos da dívida renegociada, desta forma, efetuou o diferimento de R\$16.004, os quais estão diretamente vinculados a estruturação do aditamento. O total diferido está sendo amortizado pelo prazo de realização desta emissão.

Notas Explicativas

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em períodos anteriores:

Referência	Descrição	Valor do principal	Data emissão/Repactuação	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização do principal	Vencimento
a.1	Consumidores	R\$ 5.582 (*)	Diversas	IGPM+6%	Mensal	Mensal	Conforme Resolução Normativa nº 414/2011
a.2.1	Eletrobrás - Luz para todos	R\$ 118.090	Fevereiro de 2012 (última tranche)	5%	Mensal	Mensal	Março de 2023
a.2.1	Eletrobrás - Financiamento	R\$ 47.358	-	5%	Mensal	Mensal	Agosto de 2016
a.3.1	Finame Banco Itaú	R\$ 1.904	Dezembro de 2011	10%	Mensal	Mensal (a partir de março de 2012)	Agosto de 2016
a.3.2	Finame Banco Itaú	R\$ 3.063	Dezembro de 2011	8,7%	Trimestral até agosto de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de setembro de 2013)	Agosto de 2016
a.4.1	FINEP	R\$ 15.292	Dezembro de 2011	5%	Mensal	Mensal (a partir de setembro de 2013)	Maio de 2020
a.4.2	FINEP	R\$ 8.321	Outubro de 2013	TJLP	Mensal	Mensal (a partir de maio de 2016)	Maio de 2022
a.6	Debêntures - 2ª emissão	R\$ 290.000	Março de 2016	CDI + 3,75%	Semestrais	Única R\$ 8.235 Única R\$ 8.235 Semestrais R\$ 32.941	Fevereiro de 2017 Agosto de 2017 Fevereiro de 2018 à agosto de 2021
a.7	Debêntures - 3ª emissão (1ª Série)	R\$ 100.000	Março de 2016	CDI + 2,40%	No vencimento	Única R\$ 100.000	Setembro de 2016
a.8	Debêntures - 3ª emissão (2ª, 3ª e 4ª Série)	R\$ 850.000	Março de 2016	CDI + 3,75%	Semestrais	Semestrais R\$ 22.550 R\$ 90.201	Fevereiro de 2017 à agosto de 2017 Fevereiro de 2018 à agosto de 2021

(*) Refere-se ao saldo em aberto em 30 de setembro de 2016.

(a.9) Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se basicamente a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos, e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de arrendamento financeiro registrado, em 30 de setembro de 2016, era de R\$ 27.000 (R\$ 16.045 em 31 de dezembro de 2015) no passivo, e R\$ 26.625 (R\$ 16.149 em 31 de dezembro de 2015) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 26.625 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 16.149 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

15.3 Os valores relativos ao principal e aos custos a amortizar de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	30.09.2016		31.12.2015	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
IGPM	5.582	0,51	5.290	0,39
CDI	1.017.493	93,45	1.267.244	94,49
TJLP	6.687	0,61	6.885	0,51
Taxa fixa	59.143	5,43	61.671	4,61
Total	1.088.905	100,00	1.341.090	100,00

15.4 Em 30 de setembro de 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Arrendamento financeiro	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2017	2.285	-	(2.109)	1.156	1.332
2018	9.283	246.284	(7.800)	4.625	252.392
2019	8.963	246.284	(6.038)	4.625	253.834
2020	4.867	246.283	(3.792)	4.399	251.757
2021	2.716	246.283	(1.121)	3.032	250.910
2022 a 2023	1.580	-	-	-	1.580
	29.694	985.134	(20.860)	17.837	1.011.805

15.5 Os indexadores utilizados na atualização dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro tiveram o seguinte comportamento:

	30.09.2016	31.12.2015
	%	%
TJLP ^(*)	7,50	7,00
IGP-M ^(**)	6,48	10,54
CDI ^(*)	14,13	14,14

(*) Índice do último dia do período.

(**) Índice acumulado até a data.

Notas Explicativas

15.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda Nacional Instituições Financeiras / Credores	Saldo Inicial 31.12.2015	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Outros	Diferimento dos custos de transação	Amortização dos custos de transação	Subvenções Governamentais	Saldo em 30.09.2016
Consumidores	5.290	-	890	(3.091)	-	2.493	-	-	-	5.582
Eletrobrás - Luz para todos	29.057	-	1.149	(5.302)	(1.149)	-	-	-	730	24.485
Eletrobrás - Finel	6.521	-	125	(6.697)	(125)	-	-	-	176	-
FINAME - Banco Itaú	967	-	28	(963)	(32)	-	-	-	-	-
FINEP	16.014	-	796	(2.276)	(714)	-	-	-	561	14.381
CCB - Safa	49.891	-	1.164	(50.000)	(1.383)	-	(1.167)	1.495	-	-
Debêntures - 2ª emissão	303.925	-	35.887	(10.000)	(45.698)	-	(4.279)	1.095	-	280.930
Debêntures - 3ª emissão	973.908	-	116.854	(183.295)	(143.885)	-	(11.725)	8.126	-	759.983
Arrendamento mercantil	16.045	13.929	2.524	(5.498)	-	-	-	-	-	27.000
Total	1.401.618	13.929	159.417	(267.122)	(192.986)	2.493	(17.171)	10.716	1.467	1.112.361

15.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Conforme aditivos assinados nos dias 1º e 2 de março de 2016, das escrituras da 2ª e 3ª Emissões de Debêntures, não haverá verificação dos índices e limites financeiros (*Covenants*) com relação às informações financeiras relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2016, 30 de setembro de 2016, 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2016.

A partir do primeiro trimestre de 2017, o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos na Escritura de Emissão) não poderá ser superior aos limites apresentados no quadro abaixo:

	Índices
1º trimestre de 2017	4,00
2º e 3º trimestre de 2017	3,75
4º trimestre de 2017 e 1º trimestre de 2018	3,50
2º e 3º trimestre de 2018	3,25
4º trimestre de 2018 até o vencimento final	3,00

16. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CEEE de Seguridade Social – Eletrocee é a entidade responsável pela administração do plano de benefícios patrocinado pela Companhia e tem como objetivo principal a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes. O plano de benefícios (Plano Único da AES Sul), constituído de acordo com as características de “benefício definido”, encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011.

A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos empregados beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

Notas Explicativas

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Conforme política interna formalizada pela Administração, a Companhia procedeu a uma nova avaliação atuarial realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2016.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia não verificou alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 30 de junho de 2016. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual, o qual revisará todas as premissas para aquela data.

A movimentação do passivo líquido atuarial (não circulante) é como segue:

Movimentação contábil do passivo registrado:

	30.09.2016
Saldo no início do exercício	29.504
Despesa do período conforme laudo atuarial	4.354
Ajuste de avaliação atuarial	45.602
Pagamento de contribuições	(8.414)
Saldo final do período	71.046

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

Composição dos valores reconhecidos na DRE:

	30.09.2016	30.09.2015
Custo dos serviços correntes	(906)	(965)
Custo dos juros	(33.871)	(29.515)
Rendimento esperado dos ativos do plano	30.423	27.266
Total das despesas benefício definido	(4.354)	(3.214)
Outras contribuições	(45)	(364)
Total das despesas no período	(4.399)	(3.578)

O valor esperado de contribuições da Companhia para o quarto trimestre de 2016 é de R\$ 3.502.

Notas Explicativas

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	Reclassificado	
	30.09.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Folha de pagamento	84	1.003
Férias	10.621	10.876
Participação nos lucros e resultados	9.364	12.840
Provisão 13º salário	5.563	-
Encargos sociais sobre férias e gratificações	5.861	3.804
Contribuições Sociais	1.158	1.588
Prêmio de assiduidade	130	129
Bônus	95	125
Outros	168	146
Total	33.044	30.511
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Bônus	93	142
Total	93	142

18. Provisão para processos judiciais e outros

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas de seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Trabalhistas (a)	25.742	24.051	25.559	20.301
Processos fiscais (b)	3.535	3.344	12	121
Complementação temporária de proventos (c)	-	31	-	-
Processos cíveis (d)	10.240	12.948	2.966	2.128
Processos regulatórios (e)	10.086	621	-	-
PIS/COFINS sobre receita financeira (f)	9.509	4.886	8.813	-
Outras	496	506	-	-
Total	59.608	46.387	37.350	22.550
Circulante	29.793	22.919	-	-
Não circulante	29.815	23.468	37.350	22.550
Total	59.608	46.387	37.350	22.550

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 52.980 (R\$ 38.089 em 31 de dezembro de 2015), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2016	31.12.2015
Processos prováveis	37.350	22.550
Processos possíveis	2.483	509
Processos remotos	13.147	15.030
Total	52.980	38.089

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía um saldo de depósitos judiciais no valor de R\$ 13.147 vinculados a processos judiciais cíveis, tributários e trabalhistas classificados com perda remota pela sua Administração. A avaliação foi realizada com base na opinião dos assessores legais que representam a Companhia. Os valores depositados nos processos poderão ser levantados pela Companhia após o trânsito em julgado que mantiveram as decisões favoráveis e mediante expressa autorização judicial.

A movimentação dos processos judiciais e outros está composta conforme segue:

	Passivo					30.09.2016
	31.12.2015	Ingressos	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	24.051	8.976	2.056	(90)	(9.251)	25.742
Processos fiscais - outros (b)	3.344	350	82	(243)	2	3.535
Complementação temporária de proventos (c)	31	11	-	(42)	-	-
Processos cíveis (d)	12.948	11.740	(2.130)	(2.096)	(10.222)	10.240
Processos regulatórios (e)	621	9.509	599	-	(643)	10.086
PIS COFINS sobre receita financeira (f)	4.886	4.038	585	-	-	9.509
Outros	506	-	-	-	(10)	496
Total geral	46.387	34.624	1.192	(2.471)	(20.124)	59.608
Circulante	22.919					29.793
Não circulante	23.468					29.815
Total geral	46.387					59.608

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas abaixo:

- (a) Trabalhistas: Os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias de sub-rogados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização no montante de R\$ 25.742 para cobrir os prováveis gastos futuros com processos judiciais desta natureza.
- (b) Processos fiscais: A Companhia possui processos fiscais relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição

Notas Explicativas

- Social sobre o Lucro Líquido, cuja discussão é mantida em âmbito administrativo, pré-judicial. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para as demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável em setembro 2016, no montante de R\$ 3.535.
- (c) Provisão para complementação temporária de proventos: em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço ao participante regularmente inscrito na Fundação Eletroceee, que em 31 de dezembro de 1997, não havia cumprido todos os requisitos para fruição do mencionado benefício pela Fundação, mas que havia tido a aposentadoria concedida pela Previdência Oficial. O benefício deve ser pago pela Companhia até o atendimento dos requisitos necessários para que o participante possa receber o benefício através da Fundação. A Companhia provisionou o valor integral dos compromissos futuros das complementações salariais daqueles que, na data acima mencionada, exerceram os direitos da aposentadoria oficial, ajustado a valor presente pela taxa de 7% a.a. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia já havia atendido integralmente a essa obrigação.
- (d) Processos cíveis: as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros. Com base na avaliação dos assessores jurídicos a provisão para processos cíveis é de R\$ 10.240, cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Administração da Companhia tem expectativa de que o desembolso ocorra da seguinte forma: R\$ 7.810 em até 1 ano e R\$ 2.430 em mais de 1 ano. Adicionalmente, a Companhia possui, para os casos que envolvem responsabilidade civil, seguro de cobertura destes riscos.
- (e) Processos administrativos regulatórios:
- (e.1) Em 18 de fevereiro de 2014, a Companhia recebeu AI - Auto de Infração nº 1006/2014, relativo ao TN 017/2010, decorrente de determinação da Diretoria da ANEEL – Despacho nº 2.296, no montante de R\$ 3.363, referente à fiscalização quanto à qualidade de energia no período de 2008 a 2010. A Companhia apresentou seu recurso ao AI em fevereiro de 2014. Após análise técnica, a Companhia decidiu provisionar o valor de R\$ 3.363. Em 03 de março de 2015 ao analisar o recurso administrativo do processo de re-fiscalização referente ao AI n.º 1006/2014-SFE, a Diretoria da ANEEL concluiu pelo acolhimento parcial das razões apresentadas pela Companhia, reenquadrando algumas penalidades e reduzindo a multa inicialmente aplicada de R\$3.363 para R\$ 3.139, representando uma redução de R\$223 (7%) no valor da penalidade original. Em 31 de março de 2015, após solicitação da Companhia, foi recebido da ANEEL o ofício nº. 141/2015, concedendo o parcelamento da multa relativa ao AI em 12 parcelas, iniciando em março de 2015, sendo a última parcela realizada em fevereiro de 2016.

Notas Explicativas

- (e.2) A Companhia recebeu, em 02 de junho de 2015 o Auto de Infração nº 0001/2015-AGERGS-SFE – TN 0008/2014, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2013, no montante de R\$ 21.683. A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 15 de junho de 2015 e aguarda pela análise do recurso apresentado. Em junho de 2016, com base em parecer de seus consultores jurídicos, a Companhia decidiu provisionar o montante referente às não conformidades com prognóstico de perda provável, cujo valor atualizado até 30 de setembro de 2016 corresponde a R\$ 4.624.
- (e.3) A Companhia recebeu em 10 de dezembro de 2015 o Termo de Notificação nº 0017/2015 – AGERGS - Auto de Infração 0008/2016 – ANEEL referente à Fiscalização Comercial Periódica ocorrida no período de 19 a 23 de outubro de 2015, em relação aos processos comerciais da Distribuidora no ano de 2014, resultando em 11 constatações, 14 não conformidades, 01 recomendação e 01 determinação. Em 14 de abril de 2016 a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS lavrou AI no valor de R\$ 4.657. Importante destacar que das 14 não conformidades, 4 foram canceladas, 3 resultaram em advertências e 7 foram mantidas. Em 25 de abril de 2016 a Companhia protocolou recurso que ainda está pendente de julgamento. Em junho de 2016, com base em parecer de seus consultores jurídicos, a Companhia decidiu provisionar o montante que atualizado até 30 de setembro de 2016 corresponde a R\$ 3.536.
- (e.4) A Companhia está envolvida em outros processos regulatórios, para os quais está provisionando o montante que atualizado até 30 de setembro de 2016 corresponde a R\$ 1.926. Estes processos referem-se a Autos de Infração da AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS.
- (f) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia está discutindo judicialmente os efeitos do Decreto 8.426/15 que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Em 01 de agosto de 2015, a Companhia obteve liminar suspendendo os pagamentos relacionados ao referido Decreto. Em 12 de abril de 2016 foi proferida sentença desfavorável à Companhia, revogando a liminar então concedida e, como previsto, a Companhia realizou o depósito judicial do montante provisionado. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor que, atualizado até 30 de setembro de 2016, corresponde a R\$ 9.509. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo seja concluído até 2023.

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como

Notas Explicativas

possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 1.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Notas	Valor estimado da Contingência	
	30.09.2016	31.12.2015
(a) Execuções e Autuações Fiscais Municipais	222	352
(b) Ações Anulatórias de Autos de Infração ICMS	15.500	15.000
(c) Processos Administrativos Fiscais Federais	3.653	6.000
(d) Autuações Estaduais	405	375
(e) Ações Cíveis - Especiais	62.932	49.159
(f) Ações Cíveis - Massa	70.917	64.056
(g) Ações de Termos de Convênio	4.639	2.054
(h) Ações Ambientais	30.000	30.000
(i) Auto de Infração nº 086/2013 - Indicadores de continuidade	6.798	6.798
(j) Auto de Infração nº 0001/2014 - Eventos climáticos	Alterado para provável	2.571
(k) Auto de Infração nº 0001/2015 - Indicadores de continuidade	Alterado para provável	21.683
(l) Auto de Infração nº 011/2016 - Indicadores de continuidade	6.210	-
(k) Auto de Infração nº 006/2016 - Base de remuneração regulatória	5.185	-

(a) Execuções e autuações fiscais municipais

Execuções fiscais e autuações fiscais (cuja discussão é mantida em âmbito administrativo, pré-judicial), promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos relativos ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e a Contribuições de Melhoria.

(b) Ações anulatórias de autos de infração ICMS

A Companhia recebeu Autuações Fiscais (Autos de Lançamento Fiscal), no qual a Autoridade Fiscal Estadual constitui crédito tributário contra a Companhia, pelo pretenso descumprimento de ordens judiciais exaradas nos autos de processos judiciais (Mandados de Segurança nºs 001/1.05.0355252-0 e 001/1.07.006347-5), que determinaram que houvesse incidência do ICMS em relação apenas à energia efetivamente consumida (kWh). Em suma, o fisco estadual pretendeu fazer a Companhia tributar o ICMS sobre rubrica de demanda (kW) e não sobre consumo (kWh).

Os fundamentos de defesa da Companhia são no sentido de reafirmar o estrito cumprimento da ordem judicial, sendo impossibilitada de agir em sentido diverso, por expressa vedação legal. Ainda, a Companhia ressalta em suas defesas a expressa manifestação pretérita do próprio fisco estadual no sentido de tributação do ICMS apenas sobre a energia efetivamente consumida (em kWh), em relação a outros clientes, bem como a tentativa do fisco de aplicar ordem judicial proferida em processo diverso, ao caso dos processos judiciais que originaram os autos de lançamento. Em 2013, os recursos especiais da Companhia tiveram negados os provimentos. Atualmente, a Companhia patrocina ações anulatórias dos débitos fiscais em questão (processo 001/1.13.0341421-0, relativo ao Auto de Lançamento Fiscal n. 0024482633; e, Processo 001/1.13.027.2180-2, relativo ao Auto de Lançamento Fiscal n. 0024482633). Em tais ações anulatórias se busca, inclusive, que

Notas Explicativas

eventual ônus tributário seja atribuído ao contribuinte de fato dos tributos (clientes), que ajuizaram as ações judiciais que originaram as decisões operacionalizadas e os beneficiados economicamente por tais decisões que determinaram a incidência do ICMS apenas sobre a energia efetivamente consumida/circulada.

(c) Processos administrativos fiscais federais

A Companhia efetuou compensações administrativas de tributos pagos a maior, por meio de PER/DCOMP. Tais compensações foram invalidadas pela Autoridade Fiscal, sendo que a Companhia mantém discussões administrativas relativas à existência dos créditos compensáveis e à impossibilidade de vedações administrativas para tais compensações.

(d) Autuações Estaduais

O Fisco Estadual autuou a Companhia pelo suposto descumprimento de ordens judiciais, conforme se verifica a seguir:

- Auto de Lançamento Fiscal n. 0031063438: Autoridade Fiscal constituiu crédito tributário contra a Companhia, pelo suposto descumprimento de ordem judicial exarada nos autos do processo judicial n. 047/1.09.0002267-5), movido pela empresa Plastrela Embalagens Flexíveis Ltda., que determinou que houvesse incidência do ICMS em relação apenas à energia efetivamente consumida (kWh). Em suma, o fisco estadual pretendeu fazer a Companhia tributar o ICMS sobre rubrica de demanda (kW) e não sobre consumo (kWh).

Os fundamentos de defesa da Companhia são no sentido de reafirmar o estrito cumprimento da ordem judicial, sendo impossibilitada de agir em sentido diverso, por expressa vedação legal, esclarecendo os conceitos de demanda contratada e demanda efetivamente consumida e as rubricas tributáveis pelo ICMS.

- Auto de Lançamento Fiscal n. 0023009586: Autoridade Fiscal constituiu crédito tributário contra a Companhia, pelo suposto cumprimento equivocado de ordem judicial exarada nos autos do processo judicial (n. 001/1.08.0287039-6), ajuizado por BR Tecnologia em Plásticos Industriais Ltda. Em sede liminar restou determinada a suspensão da incidência do ICMS sobre o contrato de demanda e encargo de capacidade emergencial, tendo sido a Companhia oficiada para o devido cumprimento da decisão. Contudo, segundo o fisco estadual referida decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça (Apelação), tendo então sido firmado o entendimento de que somente não existirá incidência do ICMS sobre a demanda reserva de potência na parte em que não houver fornecimento de energia. Assim, segundo o fisco a partir da decisão proferida pelo Tribunal deveria haver tributação sobre a rubrica de “demanda lida”.

Os fundamentos de defesa da Companhia são no sentido de reafirmar o estrito cumprimento da ordem judicial, uma vez que não foi oficiada sobre a revogação ou reforma da liminar, o que seria imprescindível tendo em vista que a Companhia não é parte no processo, tendo tão somente cumprido o quanto lhe foi determinado.

Notas Explicativas

(e) Ações cíveis – especiais

São assim chamadas as ações que contêm grande repercussão econômica e estratégica para a Companhia. Em 30 de setembro de 2016, haviam 302 ações especiais.

Dentre as ações especiais destacam-se o seguinte caso:

Ação Indenizatória TSM

A empresa Transformadores São Miguel – prestadora de serviço de instalação e manutenção de redes elétricas ajuizou ação em face da Companhia, requerendo a indenização de R\$ 24.300, atualizado até 30 de setembro de 2016, sob a alegação de que para fazer frente à expectativa de obras a serem realizadas durante a execução do contrato firmado com a Companhia, realizou grandes investimentos em pessoal e equipamentos. Porém, segundo a empresa, durante o curso do contrato não houve a confirmação das expectativas de volume de obras, gerando prejuízo de receitas e o consequente encerramento das atividades da empresa. O caso encontra-se no início da fase de instrução.

(f) Ações cíveis – massa

Esta categoria de ações propostas contra a Companhia não tem relevância estratégica, individualmente consideradas, em razão dos valores requeridos pelos autores ou em virtude das teses debatidas nos casos. Em 30 de setembro de 2016, haviam 7.840 (7.234 em 31 de dezembro de 2015) ações de massa ajuizadas contra a Companhia.

Os assuntos de maior recorrência neste grupo dizem respeito a ações indenizatórias por falha no serviço de distribuição, acidentes com a população e fraudes.

(g) Ações de termos de convênio

Tratam-se de demandas judiciais nas quais a parte autora alega ter firmado contrato com a distribuidora de energia para a realização de obras de instalação/expansão de rede de energia elétrica (especialmente área rural), tendo contribuído financeiramente para tais obras.

A parte autora, geralmente, requer o valor da contribuição sob a alegação de que há contrato que prevê a devolução dos valores ou, nas hipóteses em que não há previsão de devolução dos valores, que a quantia investida reverterá para o patrimônio da distribuidora, devendo, portanto, ser devolvida, sob pena de enriquecimento sem causa da concessionária.

(h) Ações ambientais

A Companhia e a coligada AES Florestal estão envolvidas em um único caso relativo a passivos ambientais, localizado em uma Unidade de Tratamento de Madeira (UTM) recebida pela Companhia em novembro de 1997, após o processo de privatização da CEEE,

Notas Explicativas

e que foi operada pela AES até dezembro de 2005. Em fevereiro de 2006, em virtude de problemas no processo de privatização a CEEE retomou a posse do ativo.

Durante o período em que esteve na posse da Unidade de Tratamento de Madeira (UTM) de Barreto, no município de Triunfo - RS, a Companhia identificou a existência de passivo ambiental na área da Fábrica, relativo à época em que a CEEE havia operado a UTM, decorrente de produtos químicos usados no processo produtivo. A Companhia comunicou os fatos às autoridades competentes (Ministério Público Estadual e Órgão Ambiental Estadual - FEPAM).

Após a comunicação da existência do passivo, o Ministério Público Estadual instaurou um Inquérito Civil nº 24/2005, que instruiu Ação Civil Pública ajuizada em 13 de março de 2008 em face da CEEE, CEEE-D, a Companhia e a coligada AES Florestal (empresas que operaram a Fábrica até a descoberta do passivo ambiental).

Antes do ajuizamento da Ação Civil Pública pelo Ministério Público foi contratada uma empresa de consultoria ambiental para dar continuidade aos estudos ambientais, estruturando todos os documentos e avaliações ambientais que foram desenvolvidos.

Adicionalmente ao estudo técnico, o trabalho da empresa de consultoria envolveu a realização dos planos de contenção da contaminação através da remoção dos focos ativos de contaminação. Estes planos são compostos por atividades técnicas a serem desenvolvidas e cronograma físico-financeiro. O valor estimado para a realização do plano de contenção da contaminação, previsto no relatório técnico foi de R\$ 29.380.

Em outubro de 2011, foi deferida medida liminar exclusivamente contra a CEEE determinando a contenção e remoção dos focos de contaminação. Em 18 de outubro de 2012, mediante inspeção na área pelo perito designado pelo Juiz, acompanhado do assistente técnico e dos assessores jurídicos da Companhia, foi possível constatar que a empresa contratada pela CEEE iniciou efetivamente os trabalhos de contenção e remoção do passivo ambiental. Diante deste fato, os assessores jurídicos da AES Sul emitiram parecer legal entendendo pela probabilidade de perda possível do caso.

Estima-se, com base nos documentos analisados pelos técnicos da Companhia, que o custo da contenção e remoção do passivo ambiental realizado pela CEEE, foi de R\$ 60.000. Portanto, o risco total envolvido para as empresas da AES envolvidas no caso é de R\$ 60.000, sendo cabíveis 50% deste valor (R\$ 30.000) para a Companhia e 50% (R\$ 30.000) para a AES Florestal. Os trabalhos foram encerrados pela CEEE em maio de 2014.

Em 30 de setembro de 2016, a ação encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão da perícia judicial.

(i) Auto de Infração 086/2013 - ANEEL

A Companhia recebeu em 14 de novembro de 2013 o Auto de Infração nº 086/2013- SFE – TN 202/2012, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos e das compensações financeiras devidas aos consumidores, para o ano de 2011, no montante de

Notas Explicativas

R\$ 8.337. A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 27 de novembro de 2013. Em 13 de outubro de 2015, a diretoria da ANEEL concluiu pelo acolhimento parcial das razões apresentadas pela AES SUL, reduzindo o valor da penalidade para R\$ 6.798. Em 20 de outubro de 2015 a Companhia ajuizou ação ordinária na Justiça Federal de Brasília, visando à anulação da multa de R\$ 6.798, e medida liminar para suspender a exigibilidade da multa até o julgamento de mérito do caso. Em 23 de outubro de 2015, foi deferida a liminar em favor da Companhia. Em 23 de novembro de 2015, a ANEEL apresentou sua contestação na ação judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que as chances de êxito da Companhia no caso são possíveis.

(j) Auto de Infração 011/2016

A Companhia recebeu em 07 de dezembro de 2015 o Termo de Notificação nº 0017/2015 – AGERGS - Auto de Infração 011/2016 – ANEEL referente à Técnica Periódica 2014 ocorrida no período de 14 a 24 de setembro de 2015, que resultou em 02 Não conformidades. Em 31 de março de 2016 a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS lavrou AI no valor de R\$ 6.210. O caso aguarda decisão do recurso administrativo interposto pela Companhia, que embasada em parecer de consultoria jurídica externa não realizou provisionamento dos valores considerando as chances possíveis de discussão do tema no Judiciário.

(k) Auto de Infração 006/2016

A Companhia recebeu em 26 de fevereiro de 2013 o Termo de Notificação nº 005/2013 – AGERGS - Auto de Infração 0006/2016 – ANEEL referente à Base de Remuneração Regulatória ocorrida no período de 14 de janeiro a 1º de fevereiro de 2013, que resultou em 06 Não conformidades. Em 22 de agosto de 2016 a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS lavrou AI no valor de R\$ 5.185. O caso aguarda decisão do recurso administrativo interposto pela Companhia, que embasada em parecer de consultoria jurídica externa não realizou provisionamento dos valores considerando as chances possíveis de discussão do tema no Judiciário.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais. As principais cartas de fiança da Companhia estão demonstradas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	3	15.950	0,40%
Cível	8	212.178	0,38% a 4,00%
Trabalhista	5	5.474	0,39% a 0,50%

Notas Explicativas

19. Encargos setoriais

	Reclassificado	
	30.09.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Ministério de Minas e Energia - MME	413	739
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	825	1.477
Eficiência energética	9.814	11.568
Pesquisa e desenvolvimento	4.379	5.210
Conta de desenvolvimento energético - CDE	40.834	66.706
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária - CCRBT	250	44.058
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	245	242
Outros encargos	-	419
Total	56.760	130.419
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Eficiência energética	29.727	20.973
Pesquisa e desenvolvimento	10.049	5.583
Total	39.776	26.556

- (i) Em virtude dos efeitos da decisão de antecipação de tutela em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.967 de 24 de setembro de 2015, homologou novas tarifas aplicáveis a essas unidades consumidoras. Em resumo, a liminar determinava a exclusão do pagamento dos associados da ABRACE de itens de custos da CDE. Desse modo, estas unidades consumidoras passaram a pagar tarifas reduzidas e como não houve uma redução do pagamento da cota da CDE à Eletrobrás por parte das distribuidoras, estas passaram a assumir um custo financeiro até o seu próximo reajuste tarifário anual, quando a parcela desonerada da CDE aos associados da ABRACE seria rateada para os demais consumidores.

Em dezembro de 2015, por meio de decisão judicial, a qual deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela ABRADDEE, as distribuidoras ficaram desobrigados a repassar à Eletrobrás, a partir de janeiro de 2016, os valores não arrecadados da CDE dos clientes associados à liminar ABRACE.

Em junho de 2016, com o aumento dos processos judiciais contestando o encargo CDE após a liminar concedida à ABRACE, a ANEEL decidiu alterar a metodologia ora utilizada para a aplicação das liminares, conforme detalhado no Despacho ANEEL nº 1.576/2016 e Nota Técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL. Assim, conforme tal decisão, (i) as distribuidoras estão autorizadas a descontar do pagamento da cota da CDE à Eletrobrás do valor não arrecadado devido a liminares e (ii) não haverá mais a necessidade de se apurar um componente financeiro para ser considerado nos reajustes tarifários.

Desta forma, a Companhia procedeu a baixa do ativo financeiro setorial contra a compensação da CDE a pagar no período.

Notas Explicativas

20. Outras obrigações

	Reclassificado	
	30.09.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Taxas de iluminação pública	9.301	11.658
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica - nota explicativa nº 33.1	44.413	41.712
Consumidores-Compensação indicadores de continuidade	2.395	14.321
Adiantamento/crédito de clientes	1.086	1.143
Bônus Itaipu	11	11
Consignações	1.017	1.306
Cauções em garantia - Fornecedores	1.803	1.702
Subsídios Eletrobrás - Diferença de Repasse	19.478	22.370
Prêmio Debenturistas	-	6.500
Transferências de créditos de ICMS	22.540	21.840
Outras	8.188	7.212
Total	110.232	129.775
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Cauções em garantia - Fornecedores	58	115
Subsídios Eletrobrás - Diferença de Repasse	3.412	7.860
Outros	198	383
Total	3.668	8.358

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.500.000. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais de uma ou mais classes, guardando ou não proporção com as espécies e classes existentes. O preço de emissão das ações para aumento de capital deverá ser fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme as respectivas competências legais, sendo facultado a este delegar poderes ao Conselho de Administração.

Em 26 de fevereiro de 2016, a Companhia obteve aumento de capital no valor de R\$ 295.455 por meio de sua controladora AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., com a emissão de 89.308 novas ações, nominativas e sem valor nominal, das quais 68.506 foram ações ordinárias e 20.802 foram ações preferenciais, a serem subscritas privadamente pelo preço de emissão de R\$ 3.308 por ação ordinária e preferencial.

Em 28 de junho de 2016 foi aprovado em reunião de Conselho de Administração, aumento de capital mediante capitalização dos créditos junto à sua controladora AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. referentes a saldo de dividendos não pagos no montante total de R\$627.867.

Notas Explicativas

O capital social de R\$758.690 em 31 de março de 2016, para R\$1.386.558 em 30 de junho de 2016 mediante subscrição privada de 149.592 (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e duas) novas ações, nominativas e sem valor nominal, sendo: (i) 114.749 (cento e quatorze mil, setecentos e quarenta e nove) ações ordinárias e 34.843 (trinta e quatro mil, oitocentas e quarenta e três) ações preferenciais, subscritas privadamente e integralizadas mediante conversão dos créditos pelo preço de emissão de R\$4.197,20 por ação ordinária e preferencial

Em 30 de setembro de 2016 o capital social de R\$1.386.558 (R\$ 463.236 em 31 de dezembro de 2015), está representado por 527.266 (288.366 em 31 de dezembro de 2015) ações sem valor nominal, das quais 404.454 (221.199 em 31 de dezembro de 2015) são ordinárias e 122.812 (67.167 em 31 de dezembro de 2015) são preferenciais.

Cada ação ordinária terá direito a um voto na Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm (i) prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia e (ii) direito a receber dividendos não cumulativos de no mínimo 6% da parte do capital social integralizado própria a essa espécie de ações. As ações preferenciais adquirirão direito a voto caso os dividendos não sejam pagos durante 3 exercícios sociais.

21.2 Composição acionária

	30.09.2016		31.12.2015	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Em Circulação:</u>				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	403.644	100	220.389	100
Total em circulação	403.644	100	220.389	100
<u>Em tesouraria</u>				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	810	100	810	100
Total em tesouraria	810	100	810	100
Total das ações	404.454	100	221.199	100
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Em Circulação:</u>				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	122.807	100	67.162	100
Total em circulação	122.807	100	67.162	100
<u>Em tesouraria</u>				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	5	100	5	100
Total em tesouraria	5	100	5	100
Total das ações	122.812	100	67.167	100

Notas Explicativas

21.3 Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes relacionados à perda atuarial do plano de pensão apresenta um saldo negativo de R\$ 54.048 (R\$ 23.950 em 31 de dezembro de 2015), líquido de imposto de renda e contribuição social.

21.4 Dividendos a pagar (Passivo não circulante)

O saldo de R\$ 412.848 em 31 de dezembro de 2015 refere-se aos dividendos dos exercícios de 2007 a 2010 pendentes de pagamento por força das restrições contidas no Despacho nº 1.580/2005 da ANEEL (retenção de dividendos do acionista controlador) e Cláusulas do Contrato de Penhor de Ações, firmado em conjunto com a emissão das Cédulas de Crédito Bancário junto à instituição financeira Itaú Unibanco.

A Companhia considera que as condições do despacho acima foram satisfeitas pela retenção dos dividendos destinados até o exercício de 2010, portanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia passou a distribuir dividendos em favor dos seus acionistas.

Em junho de 2016, o referido saldo de dividendos restritos foi capitalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 21.1.

22. Resultado por ação

	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015
Numerador:				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(24.722)	(33.600)	33.502	9.852
Denominador (quantidade de ações)				
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	299.411	299.411	213.433	213.433
Média ponderada do número de ações preferenciais em circulação	90.916	90.916	65.050	65.050
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$ por ação)				
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	(63,3367)	(86,0818)	120,3018	35,3774
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	(63,3367)	(86,0818)	120,3018	35,3774

A Companhia obteve um aumento de ações ordinárias e preferenciais – vide nota explicativa nº 21.1.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada do número de ações em circulação:

Notas Explicativas

		Ações ordinárias	Quantidade de meses vigentes	Média ponderada proporcional aos meses vigentes
Saldo no início do ano	Janeiro de 2016	221.199	12	221.199
Emissão de novas ações	Fevereiro de 2016	68.506	7	39.962
Emissão de novas ações	Junho de 2016	114.749	4	38.250
Saldo final do período	30 de setembro de 2016	404.454		299.411

		Ações preferenciais	Quantidade de meses vigentes	Média ponderada proporcional aos meses vigentes
Saldo no início do ano	Janeiro de 2016	67.167	12	67.167
Emissão de novas ações	Fevereiro de 2016	20.802	7	12.135
Emissão de novas ações	Junho de 2016	34.843	4	11.614
Saldo final do período	30 de setembro de 2016	122.812		90.916

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito de diluição na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

Notas Explicativas

23. Receita operacional líquida

	01.07.2016 a 30.09.2016			Reclassificado		
	01.07.2015 a 30.09.2015					
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	1.107.338	621.859	386.582	1.096.003	601.363	380.636
Industrial	7.283	342.666	180.640	7.677	477.928	270.692
Comercial	84.442	260.916	165.461	85.382	278.680	180.465
Rural	106.680	245.136	54.829	106.066	238.099	56.557
Poder público	9.122	50.154	30.756	9.069	48.112	30.505
Iluminação pública	111	56.407	17.606	110	56.124	21.047
Serviço público	997	54.541	30.110	985	53.205	30.785
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	(1)
Remuneração do ativo financeiro (receita tarifária)	-	-	141.262	-	-	134.533
Transferência para atividade de distribuição	-	-	(438.525)	-	-	(473.244)
Subtotal - Fornecimento	1.315.973	1.631.679	568.721	1.305.292	1.753.511	631.975
Outras						
Pis/Cofins diferença de alíquota	-	-	(13.013)	-	-	2.829
Ativo e passivo financeiro setorial - nota explicativa nº32	-	-	(25.968)	-	-	88.780
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda	-	-	(1.569)	-	-	(1.426)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos	-	-	(2.799)	-	-	(3.256)
Não faturado	-	-	(33.805)	-	-	4.072
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	147	412.369	27.848	58	269.520	14.726
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda -TUSD	-	-	(255)	-	-	(87)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos TUSD	-	-	(489)	-	-	(401)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	438.525	-	-	473.244
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	28.107	-	-	17.676
Energia no curto prazo	-	510.179	67.691	-	226.167	44.588
Suprimento de energia elétrica	3	16.972	4.782	3	16.660	4.701
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - Suprimento	-	-	-	-	-	-
Receita de construção	-	-	71.030	-	-	56.778
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	52.086	-	-	44.618
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	9.858	-	-	14.446
Receita de serviços taxados	-	-	(36)	-	-	536
Outras receitas	-	-	11.522	-	-	6.128
Receita operacional bruta	1.316.123	2.571.199	1.202.236	1.305.353	2.265.858	1.399.927
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	(1)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(6.005)	-	-	(6.015)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(128.530)	-	-	(200.117)
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	(4.305)	-	-	(1.712)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	(735)	-	-	(725)
Encargos Consumidor Repasse Recursos a CCRBT	-	-	(271)	-	-	(85.452)
ICMS	-	-	(265.841)	-	-	(241.408)
Cofins - corrente	-	-	(90.090)	-	-	(88.109)
Pis - corrente	-	-	(19.447)	-	-	(19.111)
Deduções a receita a bruta	-	-	(515.224)	-	-	(642.650)
Receita operacional líquida	1.316.123	2.571.199	687.012	1.305.353	2.265.858	757.277

Notas Explicativas

	01.01.2016 a 30.09.2016			Reclassificado		
	01.01.2015 a 30.09.2015					
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	1.107.338	2.028.495	1.437.029	1.096.003	1.994.748	1.219.456
Industrial	7.283	1.174.546	672.954	7.677	1.440.113	754.327
Comercial	84.442	916.342	650.389	85.382	961.250	582.942
Rural	106.680	1.063.407	285.364	106.066	1.105.944	250.290
Poder público	9.122	155.960	107.276	9.069	153.838	92.969
Iluminação pública	111	167.757	59.251	110	166.430	59.347
Serviço público	997	160.566	95.186	985	163.625	84.793
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	(2)
Remuneração do ativo financeiro (receita tarifária)	-	-	190.860	-	-	171.456
Transferência para atividade de distribuição	-	-	(1.508.492)	-	-	(1.347.429)
Subtotal - Fornecimento	1.315.973	5.667.073	1.989.817	1.305.292	5.985.948	1.868.149
Outras						
Pis/Cofins diferença de alíquota	-	-	(1.060)	-	-	(9.902)
Ativo e passivo financeiro setorial - nota explicativa nº32	-	-	(306.925)	-	-	449.276
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda	-	-	(7.162)	-	-	(6.854)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos	-	-	(12.315)	-	-	(12.035)
Não faturado	-	-	(65.838)	-	-	19.254
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	147	974.989	95.815	58	815.623	61.069
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda -TUSD	-	-	(595)	-	-	(302)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos TUSD	-	-	(1.283)	-	-	(1.376)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	1.508.492	-	-	1.347.429
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	35.809	-	-	20.474
Energia no curto prazo	-	717.615	110.256	-	333.144	77.677
Suprimento de energia elétrica	3	55.265	15.129	3	49.198	14.793
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - Suprimento	-	-	(13)	-	-	-
Receita de construção	-	-	208.175	-	-	174.795
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	198.807	-	-	175.062
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	46.274	-	-	42.473
Receita de serviços taxados	-	-	14.685	-	-	1.547
Outras receitas	-	-	15.736	-	-	18.418
Receita operacional bruta	1.316.123	7.414.942	3.843.804	1.305.353	7.183.913	4.239.947
Encargo de capacidade emergencial	-	-	0	-	-	-
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(18.405)	-	-	(19.969)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(402.125)	-	-	(464.857)
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	(8.550)	-	-	(5.029)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	(2.195)	-	-	(2.035)
Encargos Consumidor Repasse Recursos a CCRBT	-	-	(60.079)	-	-	(257.437)
ICMS	-	-	(881.632)	-	-	(687.353)
Cofins - corrente	-	-	(295.732)	-	-	(252.994)
Pis - corrente	-	-	(64.094)	-	-	(54.909)
Deduções a receita a bruta	-	-	(1.732.812)	-	-	(1.744.583)
Receita operacional líquida	1.316.123	7.414.942	2.110.992	1.305.353	7.183.913	2.495.364

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica “Repasse CDE – descontos na tarifa” – nota explicativa nº 10.

Notas Explicativas

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarela e vermelha foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente

A bandeira tarifária vigente nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 foi vermelha, passando a amarela em março de 2016. De abril a setembro de 2016, a bandeira vigente foi verde. A Companhia registrou os seguintes montantes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016:

Competência	Bandeiras tarifárias			
	Valores faturados	Recebimentos da CCRBT	Repasse à CCRBT	Valor de cobertura de custos da Companhia (*)
Janeiro/2016	28.711	28.702	(9)	28.702
Fevereiro/2016	26.610	26.598	(12)	26.598
Março/2016	16.205	16.205	-	16.205
Abril/2016	5.740	5.740	-	5.740
Maió/2016	12	-	(12)	-
Junho/2016	63	-	(63)	-
Julho/2016	20	-	(20)	-
Agosto/2016	86	-	(86)	-
Setembro/2016	-	-	-	-
Total	77.446	77.245	(201)	77.245

(*) A diferença de R\$ 24.662 entre o valor da cobertura de custos e os recebimentos de bandeiras tarifárias, informados na nota explicativa nº 32, refere-se aos montantes da liquidação da competência de dezembro de 2015, homologada pela ANEEL em janeiro de 2016.

No reajuste tarifário de 19 de abril de 2016, a ANEEL homologou o montante de R\$ 24.351, o qual está sendo devolvido aos consumidores desde essa data.

Notas Explicativas

A Companhia reteve os superávits da CCRBT no montante de R\$ 118.835 referente às competências de janeiro a maio de 2016, devendo esse montante ser devolvido no processo tarifário subsequente ou compensado por déficits futuros.

Competência	Custo total	Custo Coberto pelas Bandeiras	Saldo coberto no processo tarifário	Saldo superavitário das Bandeiras
Janeiro/2016	14.852	28.702	-	43.554
Fevereiro/2016	23.560	26.598	-	50.158
Março/2016	3.960	16.205	-	20.165
Abril/2016	3.845	5.740	-	9.585
Maió/2016	(4.627)	-	-	(4.627)
Junho/2016	(3.308)	-	-	(3.308)
Julho/2016	(10.897)	-	-	(10.897)
Agosto/2016	(8.388)	-	-	(8.388)
Setembro/2016	-	-	-	-
	(319.428)	440.021	(24.351)	96.242

24. Custo do serviço de energia elétrica

	MWh		Reclassificado R\$		Reclassificado R\$	
	01.01.2016 a 30.09.2016	01.01.2015 a 30.09.2015	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015
	Energia elétrica comprada para revenda:					
Itaipu	1.499.788	1.486.833	(96.648)	(295.346)	(155.290)	(405.845)
Angra I e II	266.940	273.066	(16.909)	(52.792)	(15.969)	(48.018)
Compra de Energia Elétrica de Curto Prazo	-	463.505	-	-	-	(191.991)
Compra - CCEAR	3.763.652	4.348.517	(257.821)	(775.499)	(254.611)	(1.055.879)
Cotas de garantia física	1.585.912	442.630	(35.275)	(93.993)	(10.180)	(12.799)
Risco hidrológico	-	-	(18.307)	(38.562)	(32.898)	(73.731)
(-) Operações com Energia - Ressarcimento de Leilões de Energia	-	-	272	7.299	3.654	23.885
(-) Repasse Conta ACR - Custo de energia	-	-	-	-	(1.884)	3.647
MCSO - Trocas livres	4.110	1.174	(336)	(1.061)	(180)	(158)
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	38.991	114.671	45.203	165.845
Subtotal	7.120.402	7.015.725	(386.033)	(1.135.283)	(422.155)	(1.595.044)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	139.170	149.677	(13.468)	(44.769)	(11.948)	(35.950)
Total	7.259.572	7.165.402	(399.501)	(1.180.052)	(434.103)	(1.630.994)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:						
CEEE conexão			(7.367)	(20.545)	(10.059)	(20.674)
Eletrosul conexão			(894)	(2.513)	(772)	(2.154)
Itaipu transporte			(2.611)	(7.620)	(2.543)	(7.532)
Rede básica			(41.286)	(118.295)	(38.457)	(126.424)
Encargos uso rede elétrica - ESS			(14.854)	(44.884)	(17.258)	(57.597)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo			-	-	(5.376)	-
Tarifas de transmissão - CUSD RGE			(1.115)	(3.790)	(1.169)	(2.897)
Encargo de energia de reserva - EER			(1.040)	(21.524)	(16.489)	(16.489)
Fronteira Oeste Transm. de Energia S.A - FOTE			(300)	(391)	-	-
(-) Créditos PIS/Cofins			7.671	21.555	6.997	20.098
Total			(61.796)	(198.007)	(85.126)	(213.669)

(i) Recursos financeiros da Conta Energia de Reserva – CONER

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos

Notas Explicativas

montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição é através de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passou a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - Abraceel, Apine, Abragel, Abraget, Única e Abeeólica - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre eles, as distribuidoras de energia.

Em 07 de junho de 2016, por unanimidade de votos, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento ao recurso de apelação da União. Desta forma em 30 de setembro de 2016, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. A Companhia reconhece os custos de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

25. **Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

	MWh		R\$	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Compras				
Ajustes divulgados pela CCEE no valor da compra de energia referente a exercícios anteriores	-	-	-	(145)
Compra de energia elétrica referente ao período	-	(463.505)	-	(191.846)
Total compra energia elétrica de curto prazo - nota nº 24	-	(463.505)	-	(191.991)
Vendas				
Ajustes divulgados pela CCEE no valor da venda de energia referente a exercícios anteriores	-	-	4.171	(60)
Venda de energia elétrica referente ao período	526.973	190.690	79.392	47.085
Venda estimada (*)	190.642	142.454	26.693	30.652
Total venda energia elétrica de curto prazo - nota nº 23	717.615	333.144	110.256	77.677

(*) venda estimada referente ao mês de setembro de 2016.

26. **Outros custos**

Notas Explicativas

	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	Reclassificado	
			01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015
Baixa do ativo financeiro de concessão	(1.927)	(5.400)	(1.913)	(4.835)
Ganhos/Perdas alienação/desativação - Intangível de concessão	469	3.076	1.306	2.534
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(850)	(2.973)	(846)	(3.540)
Arrendamento e aluguéis	(6.265)	(16.977)	(3.165)	(5.608)
Publicidade	(83)	(188)	(141)	(349)
Seguros	(208)	(723)	(155)	(563)
Tributos - IPTU	(4)	(269)	(18)	(235)
ONS e ASMAE	(257)	(795)	(274)	(820)
Mensalidades	(76)	(296)	(81)	(310)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(2.133)	(14.775)	(3.058)	(12.917)
Outros	(2.010)	(2.277)	(2.271)	(4.391)
Total	(13.344)	(41.597)	(10.616)	(31.034)

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

27. Resultado financeiro

	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	Reclassificado	
			01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015
Recitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	8.901	19.640	2.335	8.712
Multas, atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	16.308	55.747	72.714	115.308
Subvenções governamentais	436	1.468	636	2.028
Atualização de créditos tributários	624	1.744	549	1.703
Atualização de depósitos judiciais	4	232	162	585
Atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial - nota explicativa nº 32	(3.549)	7.686	11.664	24.160
Outras	2.774	6.175	(1.759)	2.930
Total	25.498	92.692	86.301	155.426
Despesas financeiras				
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional	(56.850)	(175.450)	(62.231)	(170.267)
Outros encargos	26	(396)	(1.638)	(2.481)
Subvenções governamentais	(436)	(1.468)	(636)	(2.028)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(1.734)	(4.676)	(1.156)	(2.857)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso ^(*)	1.071	3.225	784	2.576
Cartas fiança e seguro garantia	(1.472)	(4.303)	(1.035)	(3.078)
Atualização monetária - Despacho nº 288 - nota explicativa nº 33.1	(3.598)	(11.394)	(2.845)	(8.975)
Atualização de processos judiciais e outros	(1.275)	(525)	(4.048)	(7.531)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(1.355)	(4.032)	(1.070)	(2.526)
Outras	(841)	(6.326)	(3.583)	(4.354)
Total	(66.464)	(205.345)	(77.458)	(201.521)
Variacões cambiais líquidas				
Variacões cambiais - Itaipu	3.511	10.265	(21.952)	(33.918)
Variacões cambiais - Outras	(4)	168	(126)	(233)
Total	3.507	10.433	(22.078)	(34.151)
Total do resultado financeiro	(37.459)	(102.220)	(13.235)	(80.246)

Notas Explicativas

- (*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 12% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (12% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

28. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	01.07.2016 a 30.09.2016		01.07.2015 a 30.09.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	-	-	181	67
Diferidos	8.700	3.111	(13.453)	(4.846)
Total	8.700	3.111	(13.272)	(4.779)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(36.533)	(36.533)	51.553	51.553
Adições (exclusões):				
Despesas não dedutíveis	1.496	1.496	2.272	2.272
Contribuições e doações não dedutíveis	284	284	16	16
Multas indedutíveis	-	-	-	-
Outros	14	14	-	-
Total das adições (exclusões)	1.795	1.795	2.288	2.288
Base de cálculo	(34.738)	(34.738)	53.841	53.841
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(8.685)	(3.126)	13.460	4.846
Incentivos fiscais (PAT/Rouanet)	-	-	-	-
Ajustes de bases anteriores - outros	(15)	15	(188)	(67)
Total da despesa (receita) com tributos	(8.700)	(3.111)	13.272	4.779

	01.01.2016 a 30.09.2016		01.01.2015 a 30.09.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	-	-	181	67
Diferidos	11.768	4.236	(5.396)	(1.949)
Total	11.768	4.236	(5.215)	(1.882)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(49.604)	(49.604)	16.949	16.949
Adições (exclusões):				
Despesas não dedutíveis	1.883	1.883	2.361	2.361
Contribuições e doações não dedutíveis	696	696	324	324
Multas indedutíveis	-	-	3	3
Outros	47	47	-	-
Total das adições (exclusões)	2.627	2.627	2.688	2.688
Base de cálculo	(46.977)	(46.977)	19.637	19.637
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(11.744)	(4.228)	4.909	1.767
Incentivos fiscais (PAT/Rouanet)	-	-	-	-
Ajustes de bases anteriores - outros	(24)	(8)	306	115
Total da despesa (receita) com tributos	(11.768)	(4.236)	5.215	1.882

29. Partes relacionadas

Notas Explicativas

A Companhia é controlada diretamente pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation.

29.1 As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativo Circulante		
Outros Créditos:		
AES Ergos	92	-
	<u>92</u>	<u>-</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores:		
AES Big Sky - Fornecedores (a)	913	903
AES Ergos	92	-
AES Eletropaulo - Sublocação (b)	11	15
	<u>1.017</u>	<u>918</u>
Dividendos a pagar:		
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda (c)	-	215.019
	<u>-</u>	<u>215.019</u>
Passivo Não Circulante		
Dividendos a pagar:		
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda (c)	-	412.848
	<u>-</u>	<u>412.848</u>
Total do passivo com partes relacionadas	<u><u>1.017</u></u>	<u><u>628.785</u></u>

	<u>01.07.2016 a 30.09.2016</u>	<u>01.01.2016 a 30.09.2016</u>	<u>01.07.2015 a 30.09.2015</u>	<u>01.01.2015 a 30.09.2015</u>
Resultado				
Serviços de terceiros:				
AES Big Sky (a)	(156)	(1.247)	(269)	(836)
	<u>(156)</u>	<u>(1.247)</u>	<u>(269)</u>	<u>(836)</u>
Outras receitas e custos:				
AES Eletropaulo - (b)	(34)	(90)	(32)	(97)
	<u>(34)</u>	<u>(90)</u>	<u>(32)</u>	<u>(97)</u>
Total do resultado com partes relacionadas	<u><u>(190)</u></u>	<u><u>(1.337)</u></u>	<u><u>(301)</u></u>	<u><u>(933)</u></u>

- (a) As operações com a AES Big Sky correspondem aos contratos de licença e manutenção de uso do software SAP e prestação de serviços de gerenciamento e administração da plataforma SAP, incluindo hospedagem no data center, suporte, gerenciamento de rede, correio eletrônico e determinadas tarefas correlacionadas. As operações com a AES Big Sky foram aprovadas pela ANEEL por meio dos Despachos n^{os} 1.526/2012 e 245/2013.

Notas Explicativas

- (b) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrados entre a AES Eletropaulo (Sublocadora) e AES Sul (Sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação com a AES Eletropaulo por meio do Despacho nº 2.804/2012.
- (c) Os dividendos a pagar para a controladora AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. foram capitalizados, conforme descrito na nota explicativa nº 21.1.
- (d) A Companhia assinou Contrato de Prestação de Serviços de Arrecadação de Valores e Propaganda ou Publicidade e outras Avenças em Fatura de Energia entre a Companhia e a AES Serviços TC Ltda. O contrato tem vigência de 4 (quatro) anos, contados a partir de 01 de dezembro de 2015, e seu preço total estimado é de R\$ 9.500. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 3.884/2015 (não houve transações para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016).).
- (e) Em março de 2016, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços com a AES Serviços TC Ltda., atualmente AES Ergos Ltda., com vigência de três anos e preço total estimado de R\$ 11.630. O objeto do contrato é a execução de projeto para efficientização de aproximadamente 30 mil clientes beneficiados pela Tarifa Social Baixa Renda, com foco em substituição lâmpadas, geladeiras, coletores solares e chuveiros, além da regularização de unidades clandestinas e substituição de instalações precárias.

29.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia divulga a remuneração da alta administração. Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, a remuneração foi conforme segue:

	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015
Benefícios de curto prazo (a)	1.227	3.804	954	2.743
Benefícios pós-emprego (b)	19	75	11	32
Outros benefícios de longo prazo (c)	46	148	35	91
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	165	-	-
Remuneração baseada em ações (d)	15	48	52	97
Total	1.306	4.241	1.052	2.962

- (a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- (b) Compostos por pensões e outros benefícios de aposentadoria;
- (c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;

Notas Explicativas

- (d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation

A remuneração da Administração da Companhia é aprovada pelos seus acionistas em Assembleia, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

30. Seguros

Em 30 de setembro de 2016, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Responsabilidade civil	01/04/16	01/04/17	R\$ 40.000
Riscos ambientais	01/04/16	01/04/17	R\$ 10.000
Responsabilidade civil de executivos	01/04/16	01/04/17	R\$ 20.000
Riscos operacionais	31/12/15	31/12/16	R\$ 3.750.000
Frota veículos - RCF	01/04/16	01/04/17	RCFV Garantia Única R\$ 1.000 - Valor de mercado de referência
Vida em grupo	01/01/16	01/01/17	25 X salário limitado a R\$ 1.833

O seguro de frota de veículos é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Notas Explicativas

31.1 Instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	30.09.2016		Reclassificado 31.12.2015		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	14.154	14.154	22.302	22.302	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	113.553	113.553	58.237	58.237	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	628.038	628.038	691.644	691.644	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	53.498	53.498	48.409	48.409	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	52.980	52.980	38.089	38.089	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	929.331	929.331	824.738	824.738	Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativo financeiro setorial, líquido	1.950	1.950	329.794	329.794	Empréstimos e recebíveis
Total	1.793.504	1.793.504	2.013.213	2.013.213	
PASSIVO (circulante e não circulante)					
Fornecedores	446.088	446.088	574.774	574.774	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	44.448	44.448	107.740	107.740	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.040.913	1.049.912	1.277.833	1.349.679	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	27.000	27.000	16.045	16.045	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais	96.536	96.536	156.975	156.975	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	5.054	5.054	6.521	6.521	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial, líquido	73.303	73.303	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos a pagar	-	-	627.867	627.867	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.733.342	1.742.341	2.767.755	2.839.601	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a Companhia mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra alguma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Notas Explicativas

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2016			31.12.2015				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>ATIVO (circulante e não circulante)</u>								
Caixa e equivalentes de caixa	14.154	14.154	-	-	22.302	22.302	-	
Investimentos de curto prazo	113.553	-	113.553	-	58.237	-	58.237	
Ativo financeiro da concessão	929.331	-	929.331	-	824.738	-	824.738	
Total - Ativo	1.057.038	14.154	1.042.884	-	905.277	22.302	882.975	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Notas Explicativas

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

Gestão de Riscos

É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

Compete ao Conselho Fiscal avaliar e fiscalizar os riscos prioritários da Companhia bem como fornecer, em bases periódicas, sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental e outros riscos financeiros (contábil, atuarial e fiscal).

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Auditoria Interna

Notas Explicativas

A Diretoria de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados aos Diretores, Vice-Presidentes e Conselho Fiscal, periodicamente.

A eficácia dos controles chaves implementadas pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

Ética e Compliance

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas Demonstrações Contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Notas Explicativas

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (a) contas a receber de clientes; e (b) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato da concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* nas principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferiores a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2016 é:

Notas Explicativas

	30.09.2016
Caixa e equivalentes de caixa	14.154
Investimentos de curto prazo	113.553
Consumidores, concessionárias e permissionárias	628.038
Contas a receber - acordos	53.498
Total da exposição	809.243

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	30.09.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	44.449	107.740
Debêntures	1.040.913	1.277.833
Arrendamento financeiro	27.000	16.045
Caixa e equivalentes de caixa	(14.154)	(22.302)
Investimentos de curto prazo	(113.553)	(58.237)
Dívida líquida	984.654	1.321.079
Patrimônio líquido	1.794.435	934.762
Dívida líquida / Patrimônio líquido	55%	141%

Do endividamento financeiro total em 30 de setembro de 2016, 8,4% era de curto prazo, (96,6% em dezembro de 2015) e o prazo médio era de 2,5 anos (1,7 anos em dezembro de 2015), conforme reclassificação efetuada de dívidas de Debêntures do curto para o longo prazo em função da reestruturação das debêntures.

Notas Explicativas

(b.3) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2016	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	317.840			128.248 (*)	-
Empréstimos e financiamentos	3.234	9.453	12.005	21.862	2.487
Debêntures	-	125.360	328.146	1.168.495	-
Arrendamento financeiro	2.291	6.872	4.625	13.212	-
Encargos setoriais (CDE, CCRBT e TFSEE)	56.760	-	-	-	-
Total	380.125	141.685	344.776	1.331.817	2.487

(*) Montante relacionado a CCEE a pagar, conforme descrito na nota explicativa nº 33.1.

De acordo com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 30 de setembro de 2016.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, IGPM e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 30 de setembro de 2016.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data de 30 de setembro de 2016 é:

Notas Explicativas

	30.09.2016
Investimentos de curto prazo	113.553
Empréstimos e financiamentos	(12.268)
Debêntures	(1.070.126)
Total da exposição líquida	(968.841)

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima estão relacionados somente às dívidas indexadas ao CDI e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2016, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 24 de junho de 2016, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 30.09.2016	Projeção receitas financeiras - 1 Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,18%	9,28%	12,37%	15,46%	18,55%
Investimentos de curto prazo	CDI	113.553	7.018	10.538	14.044	17.555	21.064
Subtotal		113.553	7.018	10.538	14.044	17.555	21.064
Dívidas	Taxa de juros	Posição em 30.09.2016	Projeção despesas financeiras - 1 Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,18%	9,28%	12,37%	15,46%	18,55%
Debêntures - 2ª emissão	CDI + 3,75% a.a.	(286.265)	(29.101)	(38.284)	(47.466)	(56.649)	(65.832)
Debêntures - 3ª emissão - 1ª Série	CDI + 2,40% a.a.	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 3ª emissão - 2ª, 3ª e 4ª Série	CDI + 3,75% a.a.	(783.860)	(79.684)	(104.829)	(129.974)	(155.119)	(180.264)
IGP-M			3,06%	4,60%	6,13%	7,66%	9,19%
Consumidores	IGPM + 6,00% a.a.	(5.582)	(516)	(607)	(697)	(788)	(879)
TJLP			3,75%	5,63%	7,50%	9,38%	11,25%
FINEP	TJLP	(6.687)	(702)	(835)	(969)	(1.102)	(1.236)
Subtotal		(1.082.394)	(110.003)	(144.555)	(179.106)	(213.658)	(248.211)
Total da exposição líquida		(968.841)	(102.985)	(134.017)	(165.062)	(196.103)	(227.147)

Notas Explicativas

(b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

(b.4.3) Risco de moeda

Reajuste tarifário de 2016

Em 12 de abril de 2016, por meio da Resolução Homologatória nº 2.059/2016, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de -0,34% (feito médio a ser percebido pelo consumidor), a ser aplicado nas tarifas da Companhia a partir de 19 de abril de 2016. Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário Anual 2016		
Parcela A	Encargos Setoriais	0,38%
	Energia Comprada	-3,74%
	Custos de Transmissão	-0,39%
	Parcela A	-3,75%
Parcela B		1,86%
Reajuste Econômico		-1,89%
Efeito dos Componentes Financeiros do Reajuste Atual		5,83%
CVA Total		8,27%
Neutralidade Encargos		2,37%
Reversão RTE 2015		-5,29%
Outros Financeiros		0,48%
Retirada dos Financeiros do Reajuste Anterior		-4,28%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores		-0,34%

Desta forma as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário de 2016, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em -4,57%, representando -3,75% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos Setoriais – Os encargos setoriais tiveram uma variação de +1,55% em relação ao reajuste tarifário de 2015, principalmente devido à queda da quota da CDE e aumento dos Encargos de Serviços de Sistema, representando +0,38% no reajuste econômico.

Energia Comprada – A diminuição foi de -7,25% em relação ao reajuste anterior, motivada principalmente pela queda da tarifa em dólar de Itaipu, que recuou 32%, além da

Notas Explicativas

finalização do contrato do 18º Leilão de Ajuste e entrada de novas cotas de garantia física. A diminuição da compra de energia representou -3,74% no reajuste econômico; e

Encargos de Transporte – A queda de -6,36% decorre das tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL para o ciclo 2015-2016 e repassadas neste reajuste, representando -0,39% no reajuste econômico.

(ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de +10,43%, que representa uma participação de +1,86% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 11,56% no período de 12 meses findos em 30 de março de 2016, e
- Fator X de 1,12%, composto por:
 - X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,12%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo;
 - X-Q (qualidade do serviço) de 0,00%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado em 2015 quando comparado ao ano de 2014; e
 - X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo..

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de Debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2016 consiste nos seguintes componentes; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEARs) será estabelecida pelo próprio MME.

Notas Explicativas

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo às tarifas. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado e (vi) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos

Notas Explicativas

os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

A diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade, dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado significativa e considerando que o nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos, a Companhia projeta encerrar o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,6%, porém com o reconhecimento de 5,5% como sobrecontratação involuntária, nos termos da Resolução Normativa nº 706 de 26 de março de 2016 (cotas acima do montante de reposição), resultando em um repasse integral do custo de sobrecontratação.

O principal fator que está contribuindo para a previsão de sobrecontratação para o exercício de 2016 refere-se à migração de consumidores especiais ao mercado livre. Quanto a este ponto, a Companhia ingressou com recurso administrativo para reconhecimento de sobrecontratação involuntária e reforçou o pedido conforme orientação da ANEEL para os casos de migração, externada na reunião de Diretoria que deliberou o resultado parcial da Audiência Pública nº 85/2013.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que essa sobrecontratação é involuntária e deve ser integralmente repassada aos seus consumidores, reestabelecendo assim seu equilíbrio econômico e financeiro. O efeito da sobrecontratação involuntária referente a consumidores especiais em 2016 equivale a 4,4% do seu nível de contratação.

Adicionalmente, como ações mitigadoras da sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de MCSD de energia existente e de energia nova.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que ocasionalmente acaba gerando a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

32. Ativo e passivo financeiro setorial

A Companhia aplicou prospectivamente o OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica – a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Segue abaixo a composição do saldo do ativo e passivo financeiro setorial e a composição por ciclo tarifário:

Notas Explicativas

		30.09.2016			31.12.2015			
Ativo	Passivo	Ativo (passivo) líquido apresentado no Balanço Patrimonial	Itens em Amortização (19.04.2015 até 18.04.2016)	Itens em Constituição (19.04.2016 até 18.04.2017)	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo) líquido apresentado no Balanço Patrimonial	
CIRCULANTE								
Itens da Parcela A:								
Transporte de energia pela rede básica	3.496	-	3.496	1.298	2.198	14.026	-	14.026
Compra de energia elétrica	121.940	(86.732)	35.208	101.766	(66.558)	241.035	-	241.035
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(59.337)	(59.337)	(38.617)	(20.720)	-	(83.999)	(83.999)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	58.702	(19.016)	39.686	58.702	(19.016)	118.775	-	118.775
Proinfa	2.517	(9)	2.508	2.508	-	15	(65)	(50)
Transporte de energia - Itaipu	2.502	-	2.502	1.954	548	2.545	-	2.545
Total dos itens da Parcela A	189.157	(165.094)	24.063	127.611	(103.548)	376.396	(84.064)	292.332
Outros componentes financeiros da tarifa								
Fator Xe	-	(2.614)	(2.614)	(1.307)	(1.307)	-	(2.615)	(2.615)
RTE - RN ANEEL 1.858/2015	-	(83.541)	(83.541)	(83.541)	-	-	(118.705)	(118.705)
Neutralidade	53.301	-	53.301	39.275	14.026	65.349	-	65.349
Diferencial Eletro nuclear	15	-	15	15	-	382	-	382
Sobrecontratação	17.236	(8.775)	8.461	(662)	9.124	20.906	-	20.906
Outros componentes financeiros	4.197	(1.932)	2.265	3.729	(1.463)	3.358	(287)	3.071
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	74.749	(96.862)	(22.113)	(42.491)	20.380	89.995	(121.607)	(31.612)
Total do circulante	263.906	(261.956)	1.950	85.120	(83.168)	466.391	(205.671)	260.720
NÃO CIRCULANTE								
Itens da Parcela A:								
Transporte de energia pela rede básica	2.198	-	2.198	-	2.198	804	-	804
Compra de energia elétrica	-	(66.558)	(66.558)	-	(66.558)	52.755	-	52.755
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(20.720)	(20.720)	-	(20.720)	-	(10.290)	(10.290)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.867	(19.017)	(9.150)	-	(9.150)	38.492	-	38.492
Transporte de energia - Itaipu	548	-	548	-	548	743	-	743
Total	12.613	(106.295)	(93.682)	-	(93.682)	92.794	(10.290)	82.504
Outros componentes financeiros da tarifa								
Fator Xe	-	(1.307)	(1.307)	-	(1.307)	-	(3.269)	(3.269)
RTE - RN ANEEL 1.858/2015	-	-	-	-	-	-	(39.568)	(39.568)
Neutralidade	14.026	-	14.026	-	14.026	21.643	-	21.643
Sobrecontratação	9.123	-	9.123	-	9.124	6.835	-	6.835
Outros componentes financeiros	-	(1.463)	(1.463)	-	(1.463)	929	-	929
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	23.149	(2.770)	20.379	-	20.380	29.407	(42.837)	(13.430)
Total do não circulante	35.762	(109.065)	(73.303)	-	(73.302)	122.201	(53.127)	69.074
TOTAL	299.668	(371.021)	(71.353)	85.120	(156.470)	588.592	(258.798)	329.794

A movimentação do ativo e passivo financeiro setorial para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	329.794
Diferimentos	(183.903)
Atualização monetária	7.686
Amortização	(123.022)
Recebimentos - Bandeiras tarifárias	(101.907)
Saldo em 30 de setembro de 2016	(71.352)
Ativo circulante, líquido	1.950
Passivo não circulante, líquido	(73.303)
	(71.353)

Notas Explicativas

33. Assuntos regulatórios

33.1 Energia no curto prazo – CCEE

Comercialização de curto prazo

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5) e o da conta de fornecedores (nota explicativa nº 13) incluem a contabilização dos valores referentes à comercialização de energia no curto prazo compostos da seguinte forma:

	30.09.2016	Reclassificado 31.12.2015
CCEE a receber		
Venda no curto prazo conforme pré-fatura	37.844	28.240
Venda no curto prazo conforme pré-fatura - Inadimplência	3.019	3.019
Estimativa referente a venda no curto prazo	26.694	57.974
Total - nota explicativa nº 5	67.557	89.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.019)	(3.019)
Total PCLD - nota explicativa nº 9	(3.019)	(3.019)
Total a receber	64.538	86.214
CCEE a pagar		
ESS do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	(15.014)	(15.014)
Correção monetária de setembro de 2000 a dezembro de 2002 (*)	(20.482)	(18.323)
ESS conforme pré-fatura	(6.904)	(9.232)
Estimativa referente ao ESS	(4.531)	(30.969)
Subtotal ESS- nota explicativa nº 13	(46.931)	(73.538)
Comercialização do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 (*)	(39.222)	(41.725)
Correção monetária de setembro de 2000 a dezembro de 2002 (*)	(53.530)	(56.899)
Subtotal compra energia curto prazo - nota explicativa nº 13	(92.752)	(98.624)
Risco hidrológico conforme pré-fatura	(9.921)	(12.002)
Estimativa risco hidrológico	(14.395)	(29.888)
Subtotal risco hidrológico - nota explicativa nº 13	(24.316)	(41.890)
Total a pagar	(163.999)	(214.052)

(*) Os montantes relativos à comercialização realizada no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, correspondentes às transações de compra e venda de energia, realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sendo ajustados, nos exercícios de 2002 e 2003, com base em informações e cálculos preparados e divulgados pela CCEE, podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão dos processos judiciais em andamento, conforme descrito a seguir.

Notas Explicativas

Exposição decorrente de preços entre submercados

Em 2001, a Companhia decidiu por não utilizar o mecanismo de alívio de exposição em relação à energia de Itaipu. Em virtude da diferença de preços entre os Submercados Sul e Sudeste, a Companhia teve registrada em seu favor uma exposição positiva. Em 16 de maio de 2002, a ANEEL, sob o pretexto de interpretar corretamente as regras do extinto “Mercado Atacadista de Energia” (MAE) considerou ilegal a opção da Companhia, mediante a publicação do Despacho nº 288, sob a alegação de que a adesão ao mecanismo de alívio de exposição seria mandatória. Além disso, o Despacho nº 288 da ANEEL eliminou o direito que a Companhia tinha a receber os valores que haviam sido registrados em seu favor, em decorrência da diferença de preços nos Submercados Sul e Sudeste, fazendo com que a Companhia de credora líquida passasse a devedora do mercado.

A Companhia, todavia, não concordando com tal decisão da ANEEL está utilizando todos os meios legais disponíveis para contestar esse Despacho. Assim, em 23 de agosto de 2002, a Companhia ajuizou ação em face da ANEEL, visando à anulação do Despacho nº 288 e buscando os créditos resultantes da exposição positiva. Em 30 de agosto de 2002, o juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em antecipação de tutela proferida na ação nº 2002.34.00.026509-0, determinou que a ANEEL se abstinhasse de impor à Companhia o teor do Despacho nº 288, mormente no tocante ao refazimento de suas demonstrações contábeis, bem como que a ANEEL diligenciasse junto ao MAE no sentido de comunicar que fosse contabilizado em favor da mesma o resultado da exposição positiva verificada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001.

Em 13 de novembro de 2002, a ANEEL interpôs Agravo de Instrumento, solicitando a revogação dos efeitos da liminar concedida à Companhia, tendo sido deferido liminarmente o efeito suspensivo da decisão até o julgamento final do recurso. No entanto, em 20 de julho de 2005, a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou improcedente o Agravo de Instrumento nº 2002.01.00.040870-5 interposto pela ANEEL, restabelecendo, com isso, integralmente, os efeitos da antecipação de tutela deferida no processo nº 2002.34.00.026509-0, determinando a realização de recontabilização e liquidação que desconsiderassem os efeitos do Despacho nº 288. Em abril de 2006, a ANEEL interpôs Recurso Especial contra a decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento, o qual foi recebido sem efeito suspensivo. Em junho de 2008, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu desse Recurso Especial (RESP) interposto pela ANEEL.

Todavia, a ANEEL não cumpriu de pronto a medida liminar, sendo necessária uma série de medidas judiciais para que a Agência efetivasse a liquidação dos valores.

Após diversas intimações para cumprimento da decisão liminar, a ANEEL determinou que a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (sucessora do MAE) realizasse a recontabilização e liquidação. Em outubro de 2008, a CCEE divulgou que a Companhia tinha uma diferença a receber de aproximadamente R\$ 418.000, referente ao período de 2001, abrangido pela liminar. Em novembro de 2008, a CCEE implementou o plano de liquidação. Diversas empresas atingidas pela nova liquidação ingressaram com várias medidas judiciais, tais como, mandados de segurança e suspensões de liminares, e obtiveram êxito. Em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor aproximado de

Notas Explicativas

R\$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em função da revogação da liminar, conforme descrito abaixo, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante, que atualizado para o período de nove meses findo de 30 de setembro de 2016 corresponde a aproximadamente R\$ 44.413 (R\$ 41.712 em 31 de dezembro de 2015, vide nota explicativa nº 20).

Porém, em 12 de novembro de 2008, a liminar obtida foi revogada pelo Juiz de primeiro grau na parte em que impunha à ANEEL a obrigação de contabilizar em favor da Companhia o resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Além disso, o juiz de primeiro grau determinou a inclusão no processo das empresas que podem ser afetadas pela decisão de ilegalidade do Despacho nº 288. A Companhia recorreu por meio da interposição de um agravo de instrumento, tendo sido concedida nova decisão liminar, em 02 de dezembro de 2008, para reativar em parte a liminar anterior, impedindo que a Companhia seja alvo de cobranças dos valores que haviam contra ela sido apurados na liquidação em que o Despacho nº 288/02 foi empregado. Nessa mesma decisão liminar no Agravo de Instrumento, a Desembargadora (Magistrada de Segundo Grau) suspendeu o processo até o julgamento do agravo e dos mandados de segurança impetrados pelas empresas afetadas pela liquidação efetuada pela CCEE.

O Agravo de Instrumento teve seu mérito julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região por decisão publicada em 30 de julho de 2010, que manteve a impossibilidade de que: (i) fossem contabilizados e liquidados valores desconsiderando os efeitos do Despacho nº 288, e (ii) a Companhia fosse cobrada por qualquer valor relativo ao Despacho nº 288.

As decisões referentes aos Mandados de Segurança foram publicadas em 19 de outubro de 2009 e concederam a segurança tão só para que os efeitos da tutela antecipada não recaiam sobre os terceiros que não integraram o processo nº 2002.34.00.026509-0, em que se discute a ilegalidade do Despacho nº 288. A Companhia opôs embargos de declaração a essa decisão, que foi julgado em decisão publicada em 26 de fevereiro de 2010, que desacolheu o recurso. Ato contínuo houve a interposição de Recursos Ordinários por algumas das impetrantes dos mandados de segurança, bem como a interposição, pela Companhia, de 08 Recursos Especiais contra as decisões que julgaram os mandados de segurança; desses 08 Recursos Especiais, 07 já foram decididos pelo STJ, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia, não cabendo mais recurso.

Todas as empresas que deveriam efetuar pagamentos em decorrência da nova contabilização determinada pela CCEE em cumprimento à liminar foram citadas e apresentaram suas contestações nos autos da ação movida pela Companhia visando anular o Despacho nº 288. A Companhia apresentou réplica a essas contestações em 09 de dezembro de 2009. As partes requeridas postularam provas documental e pericial. Em 06 de dezembro de 2011, foi indeferida a prova pericial e deferida a prova documental suplementar. Após a apresentação dos documentos suplementares, o processo foi concluso para sentença.

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao

Notas Explicativas

mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória – e não facultativa, conforme defendido pela Companhia – e o Despacho nº 288 é legal, razão pela qual a Companhia deve ser considerada devedora do mercado.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia (i) interpôs recurso de apelação contra a sentença que julgara improcedentes os seus pedidos na ação 2002.34.00.026509-0 com a finalidade de reverter tal decisão e (ii) ajuizou a Medida Cautelar n. 0043277-81.2012.4.01.0000/DF perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região com a finalidade de obter antecipação de tutela recursal e, assim, impedir que a Companhia possa ser objeto de cobranças de agentes do setor, em decorrência das operações do MAE discutidas na ação, que visa a anular o Despacho nº 288 até o julgamento do seu recurso de apelação.

Em 12 de julho de 2012, houve o deferimento por parte de uma desembargadora federal do pedido postulado pela Companhia na Medida Cautelar para impedir que a Companhia seja considerada inadimplente para com suas obrigações setoriais referentes ao período afetado pelo Despacho nº 288, e impedir, igualmente, que a Companhia seja considerada devedora – e venha a sofrer cobranças de qualquer espécie - de quaisquer agentes do setor em decorrência de operações afetadas pelo Despacho nº 288 até o julgamento da apelação interposta. Tal decisão permanece vigente até a presente data.

Em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido recurso da Companhia, sendo declarada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região a ilegalidade do Despacho ANEEL 288/2002. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os recursos aguardam julgamento.

A Companhia mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no montante de R\$ 437.800, conforme quadro a seguir:

	R\$
Saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2001	
Receita registrada no exercício de 2002	437.800
(-) Provisão para perda com créditos referente a exposição decorrente de preços entre submercados registrada durante o exercício	<u>(437.800)</u>
Saldo líquido na conta de consumidores e revendedores	<u>-</u>

A AES Tietê Energia, sociedade sob controle comum à Companhia, também é parte envolvida na discussão acerca do Despacho nº 288. Em caso de uma decisão judicial favorável à Companhia, seriam contabilizados valores a receber, os quais teriam sua liquidação realizada via CCEE e não diretamente entre as duas companhias.

Por fim, não obstante a existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho nº 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a

Notas Explicativas

Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pelo MAE sob os efeitos do Despacho nº 288.

As ações de cobrança foram rejeitadas no Judiciário sob o argumento de que os créditos cobrados pelos agentes contra a Companhia ainda estão sob discussão judicial na ação que trata da legalidade do Despacho nº 288.

Todavia, a única ação desta natureza que prosperou no judiciário foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A, atual denominação de Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina. Nesta ação, iniciada em 31 de abril de 2004, a primeira e segunda instâncias do judiciário declararam que o fato do crédito estar condicionado à discussão existente nos autos da que trata da legalidade do Despacho nº 288 perante a Justiça Federal, não retira a liquidez da obrigação da Companhia, sem prejuízo, inclusive, ao direito de eventual ajuizamento de ação regressiva contra a Energisa S.A.. A decisão foi confirmada no Superior Tribunal de Justiça em 10 de dezembro de 2013. Em 20 de setembro de 2016, o Supremo Tribunal Federal negou seguimento ao recurso interposto pela AES Sul contra a decisão das instâncias inferiores.

Diante do trânsito em julgado da decisão, a Companhia realizou em 27 de setembro de 2016 o pagamento, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R\$ 16.644, sendo de (i) principal R\$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R\$ 12.603 e (ii) custas judiciais e honorários de R\$ 1.538.

33.2 Conta de compensação de variação de custos da parcela “A” – CVA

A Lei nº 10.438/2002, em conjunto com diversas Portarias Interministeriais, sendo a última a de nº 361, datada de 26 de novembro de 2004, criou mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridas pelas distribuidoras de energia a partir de 26 de outubro de 2001. Esses custos são representados, principalmente por: (1) tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; (2) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; (3) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC; (4) quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE; (5) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (6) compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; (7) encargos de serviços de sistema – ESS; (8) quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa; e (9) custos de aquisição de energia elétrica.

Cabe destacar também que os seguintes itens de custo da Parcela A têm a data de alteração de seus valores concatenada com a data de revisão ou reajuste tarifário da distribuidora: (1) energia comprada estabelecida nos contratos iniciais; (2) energia comprada de CCEAR de origem hídrica (3) quota de reserva global de reversão – RGR; (4) taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica; (5) encargos de conexão, inclusive aqueles decorrentes da entrada em operação de novos ativos de conexão; e (6) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC.

Notas Explicativas

Período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 - Variação de itens da parcela “A”

A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estendeu o tratamento dado às variações dos custos não gerenciáveis a partir de 25 de outubro de 2001, também para o período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Esses custos seriam recuperados através de aumento tarifário extraordinário, condicionado à adesão ao Acordo do Setor Elétrico proposto pelo Governo Federal e desistência de todos os pleitos e do direito de reclamar valores relativos à recuperação de custos não gerenciáveis ocorridos até a data de 31 de dezembro de 2000, tanto em nível administrativo quanto em nível judicial.

A Companhia ajuizou diversas ações judiciais na Justiça Federal de Brasília, relativas aos custos de Parcela “A” não repassados às tarifas ao longo do período da concessão, nas quais foi realizada perícia técnica que reconheceu o prejuízo a ser repassado às tarifas. Em 2006 foram realizados laudos periciais em todas as ações, tendo a Companhia apresentado manifestação de ampla concordância com o perito, oportunidade em que também impugnou o laudo do assistente técnico da ANEEL.

A Companhia e a ANEEL apresentaram alegações finais entre junho e julho de 2007. Todos os processos estavam conclusos para sentença em agosto de 2007.

Em 09 e 10 de agosto de 2010, seis desses processos foram sentenciados. Quatro dos seis processos foram julgados procedentes, determinando-se que o aumento dos custos da Parcela A causou impacto nas tarifas e que estes custos deverão ser repassados às revisões tarifárias. Uma das seis ações foi julgada parcialmente procedente para condenar a ANEEL a indenizar a Companhia na importância de R\$ 189 por serviços realizados no período de dezembro de 1999 a julho de 2000 sem a contrapartida tarifária, conforme apurado no laudo pericial, acrescido de correção monetária a partir de cada mês da prestação de serviços e de juros de 1% ao mês a partir da citação. A última ação sentenciada (2002.34.00.032146-9) entendeu existir litispendência parcial com a ação 2002.34.00.032143-8 em relação ao período de 1º de janeiro a 31 de março de 2001, e julgou improcedente o pedido.

Em 16 de agosto de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração contra as quatro sentenças de procedência e contra a sentença de parcial procedência e em 24 de agosto de 2010, interpôs recurso de apelação à sentença de improcedência. Os embargos de declaração foram desacolhidos, tendo a Companhia interposto recurso de apelação nessas cinco ações em novembro de 2010.

As duas ações restantes foram sentenciadas em novembro de 2010, com o acolhimento do pleito revisional da Companhia. No mesmo mês foram opostos embargos de declaração pela Companhia, que restaram desacolhidos. Assim, em fevereiro de 2011 a Companhia interpôs recurso de apelação em ambos os feitos.

Todos os recursos já se encontram conclusos com a Desembargadora Relatora e possuem por escopo principal o acolhimento do pedido indenizatório da Companhia, em detrimento do pleito revisional de tarifas.

Notas Explicativas

34. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em de 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía três tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do Proinfa; e (iii) compras através de Leilão (nota explicativa nº 23).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 24).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

35. Evento subsequente

Em 10 de outubro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 4ª. emissão de debêntures simples no valor de R\$ 1.100.000, em série única, não conversíveis em ações, para refinanciamento das dívidas da Companhia e reforço de capital de giro.

As debêntures terão prazo de vigência de 48 meses contados da data da emissão e remuneração equivalente a 114,5% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros.

As debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia adicional, na forma de fiança, outorgada pela CPFL Energia S.A..

Nessa mesma data, a Companhia e a garantidora CPFL Energia S.A. assinaram o Instrumento Particular de Escritura 4ª. Emissão de Debêntures junto ao agente fiduciário.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, divididos em recursos próprios e investimentos financiados pelo cliente.

b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;
- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Todas as premissas podem ser influenciadas pela administração, exceto os indicadores de crescimento, demanda dos consumidores e as obrigações regulatórias que fogem ao seu controle

Todas projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 – Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos (2016-2020), conforme divulgado no Primeiro trimestre de 2016, encontram-se nas tabelas a seguir:

Investimentos estimados – R\$ MM	2016	2017	2018	2019	2020	Ciclo: 2016-2020
Recursos próprios	245,0	314,8	330,0	353,6	384,0	1.627,3
Financiado pelo cliente	3,4	5,2	5,3	5,6	5,8	25,2
Total	248,4	319,9	335,3	359,2	389,8	1.652,6

Nota: valores nominais

e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão:

Atualização 3T16

1 – Investimentos

Encerrado o terceiro trimestre de 2016, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2016-2020), conforme apresentado no item “d”.

Atualização 2T16

1 – Investimentos

Encerrado o segundo trimestre de 2016, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2016-2020), conforme apresentado no item “d”.

Atualização 1T16

1 - Investimentos

A Companhia atualizou suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente (2016-2020), considerando replanejamento de manutenções e premissas macroeconômicas para o período. As projeções atualizadas e substituídas foram incluídas na seção 11 do Formulário de Referência e estão disponíveis no site da CVM em www.cvm.gov.br e no site da Companhia em www.aessul.com.br.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/F-6

Américo F. Ferreira Neto

Contador CRC-1-SP 192.685/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES SUL DISTRIBUIDORA GAUCHA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob no. 02.016.440/0001-62, com sede na Rua Dona Laura, no 320, 6o e 10o andar, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do parágrafo 1o do artigo 25 da Instrução CVM no. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2016.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2016

Diretores

Charles Lenzi

Diretor Presidente

Francisco Jose Morandi Lopes

Diretor Financeiro e de Relações com Investimentos

Antonio Carlos de Oliveira

Diretor Geral

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Teresa Cristina Querino Vermaglia

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob no. 02.016.440/0001-62, com sede na Rua Dona Laura, no 320, 6o e 10o andar, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do parágrafo 1o do artigo 25 da Instrução CVM no. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst&Young Auditores S.S; e reviram, discutiram e concordam com Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2016.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2016

Diretores

Charles Lenzi

Diretor Presidente

Francisco Jose Morandi Lopes

Diretor Financeiro e de Relações com Investimentos

Antonio Carlos de Oliveira

Diretor Geral

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Teresa Cristina Querino Vermaglia

Diretor Vice-Presidente